



ACTA N.º 39

Sessão Extraordinária Novembro

Sessão de 26/11/2019

Aos vinte seis dias do mês de Novembro do ano dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeiro Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e a Segunda Secretária Daniela Marisa Pereira de Magalhães, e com a presença dos Vogais, Maria Cristina Macedo da Costa Veiga, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Casimiro Simões Calafate, Francisco José da Silva Ferreira, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Ana Cláudia Pinto de Oliveira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Miguel António Costa da Silva, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, Marília Fernanda Correia Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Fernando Manuel Martins Nogueira, Sara Sandra Resende Tavares, António Augusto da Cruz Aguiar, Joao Carlos Rodrigues Morgado, João Manuel Moniz Laranjeira Silva, Rita Alexandra Monteiro Batista, Ana Margarida dos Santos Valente, e Rui Carlos Medeiros Alvarenga.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Nesta sessão faltaram os deputados, Maria da Glória Oliveira Gomes Neto Leite, João Carlos Jerónimo Monteiro de Barros, e Raúl Ventura Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, José Agostinho Ribau Esteves, o Vice-Presidente Jorge Manuel Mengo Ratola, e os Vereadores Ana Rita Félix de Carvalho, João Filipe Andrade Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria do Rosário Lopes Carvalho, e Manuel Oliveira de Sousa.

Faltaram a esta sessão os vereadores, João Francisco Carvalho de Sousa e Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta sessão dos vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Fernando Sérgio Ferreira Carvalhal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Nuno Manuel Marques Pereira, Virgínia Maria Melo Matos, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respectivamente, Maria Cristina Macedo Costa Veiga, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Joaquim Albertino Simões de Oliveira, Jorge Miguel da Rocha Gonçalves, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e Ana Margarida dos Santos Valente.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Emília Cristina da Cunha Gonçalves, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Andreia Pereira da Fonseca, e António Manuel Santos Salavessa, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta sessão, por Daniela Carla Sousa Pinto e Nuno Gonçalo Rebelo da Paula, respectivamente.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia leu a “Ordem-do-Dia” constante da convocatória para esta Sessão Extraordinária em Novembro, cujos pontos se transcrevem.

Ponto 1 – Apreciação e votação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro;
Ponto 2 – Apreciação e votação da Revisão da Carta Educativa do Município de Aveiro.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento.

Ponto 1 – Apreciação e votação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 20/11/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

"Boa noite a todos. Este dia que vivemos hoje é seguramente da maior importância. É seguramente histórico para o nosso município. Em primeiro lugar pelo percurso que fizemos até que ele fosse possível e mais importante do que isso, aquilo que ele vai condicionar na gestão do nosso município para os próximos anos.

É bom e entendi nesta intervenção inicial, deixar algumas notas de enquadramento deste processo. Obviamente depois ir à substância do Plano, ela própria, mas é bom lembrar que quando iniciámos funções no mandato anterior em final de 2013, o ano de 2014 foi muito marcado por perceber a instituição em que estávamos a trabalhar e tirámos duas conclusões, de tantas outras como é evidente.

Primeiro uma grave disfunção orgânica da estrutura orgânica da Câmara. E essa grave disfunção orgânica tinha a ver com o facto de termos uma Divisão que fazia a gestão urbanística, coisa normal, e termos uma divisão do planeamento, coisa normal, mas de termos uma outra Divisão com o nome muito claro naquilo que ela fazia, chamada Divisão de Política de Solos e Gestão Imobiliária. Que era um bunker dentro da Câmara, incontactável, com um sistema de comunicação fechado ao resto da estrutura, e com um poder enorme naquilo que era o planeamento do município e aquilo que era a gestão urbanística de processos de importância relevante.

Esta disfunção era muito evidente e à volta dela, obviamente há um vasto conjunto de episódios que foram cadastrados nessa mesma auditoria.

Uma outra disfunção cadastrada foi exactamente no Planeamento ele próprio. Nos instrumentos de gestão territorial que tínhamos em vigor à data.

Primeiro tínhamos um PDM secundarizado pelo PUCA. Lembrando e é importante lembrar, que este PUCA nasce para corrigir uma falsa partida de uma revisão do PDM.

O nosso plano diretor municipal era já idoso. Ele é de 1995. E no processo que é aberto de revisão do plano há uma mudança de caminho a meio do processo. E em vez de se acabar essa revisão do PDM, dá-se um jeito nesse caminho e decide-se fazer o tal PUCA que não cobre a área total do nosso município, mas que em termos urbanos cobre a esmagadora maioria da área do município.

É bom lembrar que o PUCA tem já 10 anos. O PUCA é de 2009. Portanto temos um PDM com 24 anos, temos um PUCA com 10 anos. E um PUCA que surge por falsa partida do processo de revisão do PDM.

Temos também o Plano de Urbanização do Polis. Uma aposta importante à data da nossa Câmara. O PU Polis é também do ano de 2009 e tem também estes 10 anos de vida, mas aí o Polis é um ato inconsequente em termos de aplicação prática no território. Ao contrário do PDM e do PUCA que obviamente praticaram e enquadraram muitos actos consequentes. Assim não aconteceu com o PU Polis que deixa como grande marca principal o licenciamento daquele prédio está agora quase pronto, no sítio onde estava o Pavilhão do Beira-Mar. Com a minha total e absoluta discordância porque acho que estava lá muito bem melhor o Pavilhão do que o prédio, mas pronto. Já fomos nós que licenciámos aquele prédio porque, obviamente, ele cumpre o PU Polis formalmente em vigor.

E a par destes um conjunto vasto de Estudos Urbanísticos informais, de loteamentos municipais com uma tramitação muito especial de compromissos por protocolo nos quatro cantos do município. Muitos deles sem qualquer enquadramento. Enfim, nem falar em PDM nem em PUCA em termos formais, mas em Estudos Urbanísticos formalmente aprovados. Portanto, segunda disfunção, uma disfunção importante ao nível do planeamento.

Um terceiro aspeto que é importante referenciar neste quadro é o facto de termos assistido ao nascimento de um novo quadro legal para o enquadramento dos instrumentos de gestão territorial e muito aplicado aos Planos Diretores Municipais em maio de 2015.

Portanto a meio do mandato anterior, quando estava terminado este processo de cadastro de disfunções, surge um quadro legal novo e, obviamente que essa realidade política e legal, obviamente passou a ter que ser considerada para as decisões que tínhamos que tomar na elaboração da revisão.

E basicamente tomámos duas decisões. A primeira decisão é a nova Unidade Orgânica da Câmara, que relembro entrou em vigor no dia um de Maio de 2014. E que basicamente o que fez foi obviamente acabar com a disfunção como é lógico. Desapareceu, extinguiu-se, evaporou-se. Tirámos dela tudo o que ela tinha e colocámos na Divisão correcta.

Portanto acabou a Divisão de Política de Solos e Gestão Imobiliária e integramos as suas várias componentes de planeamento, de licenciamento, inclusivamente a própria atribuição de números de polícia estava dentro dessa Divisão. E obviamente colocámos essas competências nas divisões respectivas e em maioria de razão na Divisão de Planeamento e Território e na Divisão de Gestão Urbanística que existia e continua a existir.

Portanto a primeira grande reforma foi para tratar da disfunção orgânica. Obviamente, através duma nova estrutura orgânica que acabou com essa patologia. E, segunda decisão obviamente de arrancar com um processo de revisão de plano diretor municipal que a formalizámos nos finais de Novembro de 2015. Portanto estamos agora a fazer 4 anos.

E, portanto, foi este caminho de 4 anos de trabalho, de debates, de recolha de contributos, de negociações, de enfim, aprendizagens, nomeadamente em relação ao quadro legal novo. De interações com as tais 32 entidades que integram a nossa Comissão Consultiva,

obviamente sempre com uma relação mais intensa, mais regular, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que é quem lidera estas matérias.

E foi além do mais quem presidiu à nossa Comissão Consultiva da revisão do PDM. E obviamente cuidando aqui de duas condicionantes que são muito importantes, muito presentes no território, obviamente com as suas especificidades em termos de gestão e de relação. A Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional.

É bom que tenhamos consciência e por isso quisemos colocar na página 28 do documento que faz a ponderação dos pareceres da Comissão Consultiva, quisemos colocar um texto muito claro para dar nota do quão absurdo é a lei atual.

E nomeadamente uma coisa que não é lei, que são as linhas de orientação estratégica para a elaboração das cartas da Reserva Ecológica Nacional, lideradas por uma Comissão Nacional, composta por uma entidade chamada Comissão Nacional do Território e que, de facto, pela forma que instituiu as orientações para a elaboração de cartas da REN, torna a REN um completo absurdo.

É bom lembrar que a lógica nova das orientações estratégicas é o pressuposto de, ponto um, tudo é REN. Ponto dois, vamos tirar da REN aquilo que já é urbano. E aí nasce a REN bruta.

E a partir daqui, tudo o que queiramos tratar tem de ser tratado em operações de desafecção, uma a uma.

É bom darmos conta que nós tivemos mais de 600 processos de desafecção. Tivemos de negociar um pacote imenso de parcelas, umas mais pequeninas outras maiores, para desafectar.

É evidente que o desafectar é o desafectar desta nova forma de construir a REN. Porque em parte delas não há qualquer valor ecológico por baixo. É mera construção da directiva da construção da REN que determina que isto seja assim.

Felizmente a esmagadora maioria desses processos tivemos a concordância das duas entidades com quem negociámos a REN, que são a CCDR e a Agência Portuguesa do Ambiente. Mas de facto o resultado final é um resultado que não faz globalmente sentido.

E por isso leio os 4 parágrafos desse texto que é muito importante que o retenhamos para nós e para outros municípios que vão entrar neste processo.

Nesta nota final do documento entendemos muito importante deixar uma referência para um processo que vai continuar para além do processo de revisão do PDM e que vai ser trabalhado por muitas câmaras municipais do país nos próximos meses.

Trata-se da Carta, da elaboração da Carta da Reserva Ecológica Nacional. De facto, a experiência que podemos partilhar a esse nível, exige o acto solidário da referência pública, para que o procedimento e o resultado final possam ser bem melhores do que aqueles que tivemos e temos nesta fase no processo do Município de Aveiro. Partindo de uma REN em vigor que consideramos boa e querendo apenas introduzir algumas poucas alterações, fomos obrigados pela CCDRC a elaborar uma nova REN, em consequência da sua leitura do quadro legal em vigor, descobrindo que a metodologia seguida, definida pelas “orientações estratégicas” elaboradas pela Comissão Nacional do Território, é um processo administrativo que desvirtua a substância do que é a REN e da sua função no planeamento do território. É por isso que o resultado final da REN neste processo de Revisão do PDM é de inferior qualidade à REN atual. Apenas como consequência do processo administrativo da sua elaboração, situação que é do total conhecimento da Câmara Municipal de Aveiro e da Agência Portuguesa do Ambiente, que entendemos necessitar de um trabalho adicional de melhoria substantiva e substancial, no que respeita à REN do Município de Aveiro e à elaboração de Cartas de REN de outros Municípios Portugueses, estando ao dispor para partilhar a nossa experiência com todo o pormenor e

empenho interessado num melhor resultado final e numa atitude institucionalmente solidária.

Esta é uma matéria que já levamos ao conhecimento do Governo e que procuramos trabalhar no quadro da aprovação final da carta da REN. Que segue um caminho diferente do PDM que agora segue acto imediato à nossa aprovação hoje, para publicação no Diário da República.

Mas a Carta da REN ainda tem de ser tratada em sede da CCDR e consoante a CCDR entenda ou não poderá ter que ir à Comissão Nacional do Território, que em matérias da REN substitui a antiga Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional.

Esta proposta de revisão do nosso PDM teve um trabalho de caracterização muito exaustivo. É uma peça inicial fundamental. Obviamente, muito importante para conhecermos bem as várias condicionantes do território. Obviamente são peças imensas, são muitos estudos que fazem parte do documento final e obviamente são peças fundamentais para nós percebermos bem o que é que temos em mãos. Algumas das componentes de caracterização são também prospetivas, nomeadamente a da demografia que tem sempre aqui uma presença importante e delicada. E obviamente a definição do quadro estratégico em que nós perspetivamos gerir o município num horizonte referencial de uma década.

E, portanto, fizemos também a definição desse quadro estratégico para enquadrarmos as opções de ordenamento e de definição de condicionantes do território, além de outras peças importantes como por exemplo, uma nova ou pelo menos reformatada pela actual legislação, com mais importância (quantas vezes não se fazia) que é o tal Plano de Investimentos, agora chamado Programa de Execução e Financiamento, que tem o plano de financiamento das principais obras que efetivamente pensamos realizar, quer pela Câmara Municipal e pela Administração Central nesse horizonte temporal de dez anos.

Portanto tomámos opções claras de orientação estratégica. Definiram-se objetivos dando primazia às apostas na qualidade de vida, no emprego, na felicidade, que hoje sempre colocamos como objectivo último no exercício de Cidade Universidade. E fizemos o trocadilho com as palavras do tal modelo pondo UC na universidade, para dar esse jogo conjugado de uma Cidade que também é Universitária.

Obviamente uma aposta muito clara para as questões das atividades económicas. Inovação, Empreendedorismo, Território, matricial para uma região e território exportador. Portanto território aberto à sua relação com o mundo, obviamente muito especialmente com a Europa. E obviamente uma matriz muito cuidada no que respeita as opções estratégicas ligadas à componente residencial e, obviamente, à componente da atracção da sua capacidade de gerar atracção turística.

Portanto, há um capítulo nestas matérias, mas estas foram as linhas por onde andámos na definição estratégica que depois se desenvolve num conjunto de matérias que estão definidas. E para quem não quiser ler tudo, o documento do relatório tem obviamente o sumário de todas as peças principais que compõem o Plano Diretor Municipal.

As opções que tínhamos para toma têm algumas componentes que quero aqui destacar, sabendo que num processo desta natureza, enfim, sumariá-lo é sempre arriscado, mas enfim, em razão daquilo que é a gestão do território, em razão daquilo que são as preocupações principais dos cidadãos, dos investidores, obviamente algumas matérias que merecem um destaque maior não secundarizando obviamente nenhuma das que não se destacam, porque, obviamente é uma peça que só vale pelo seu todo. Se lhe tirámos uma qualquer peça estamos a prejudicar a sua a sua coesão, a sua dimensão total, como é óbvio. Em primeiro lugar uma nota de destaque nesta nossa opção de Cidade. Portanto de alargarmos o conceito geofísico da Cidade agregando a chamada "cidade tradicional" aquém N109 das áreas urbanas referenciadas pelos nossos aglomerados urbanos de Cacia

de Esgueira, Azurva, Santa Joana, São Bernardo, e Aradas, fazendo então a sua integração nesta nova cidade que nasce formalmente (é uma condição obviamente formal) com a entrada em vigor do Plano Diretor Municipal.

Esse quadro é muito amarrado às opções que tomámos da rede viária, nomeadamente da rede viária estruturante. Como é lógico PDM vai a várias dimensões da rede viária, mas obviamente que há uma atenção obrigatória àquela que é a rede viária estruturante.

E aí a atribuição do estatuto de via de cintura urbana àquela que o é, de facto, embora não seja na prática formal, nem noutras, que é o anel de autoestradas que nós temos na conjugação da autoestrada número 25, autoestrada número 17 e, enfim, aquele troço de 17 e 25 que fica entre o nó do Estádio e o nó de Angeja.

Portanto dá-se esse estatuto de Via de Cintura Urbana, porque de facto já o é naquilo que é a sua função de gestão do aglomerado urbano que lá está dentro por um lado e por outro lado na sua distribuição de tráfego para as áreas de localização empresarial que está fora dessa zona mais interior.

Neste quadro, duas notas. Uma para a mobilidade, obviamente a mobilidade aqui sempre com uma atenção muito forte às questões de natureza rodoviária, sem esquecer outras, nomeadamente a assunção da mobilidade ciclável como uma opção importante e, por isso, quisemos adendar à própria introdução do regulamento, um parágrafo dedicado à mobilidade ciclável que não existia na versão que foi sujeita a inquérito público.

E uma outra dimensão importante a este nível que são as áreas de acolhimento empresarial que, finalmente, ficam estruturadas como deve ser em termos do instrumento de gestão territorial, criando também uma componente regulamentar que nos vai permitir incentivar as zonas que hoje são industriais e que já não o deviam ser, por força da sua localização envolvida por áreas de função marcadamente habitacional. E, portanto, criamos regulamentares para que essas áreas se possam vir a desactivar como industriais e poderem ser convertidas para uso de habitação, serviços ou comércio.

E estruturam-se três áreas de acolhimento empresarial (é a nova terminologia) as zonas industriais principais a Norte, a de Cacia/Esgueira ou Taboeira; a do centro, referenciado por Oliveirinha; e a Sul referenciada como a zona industrial de Mamoadeiro.

Portanto passamos a ter estas áreas de acolhimento empresarial estabelecidas com regulamentos claros e com manchas de ordenamento devidamente estabelecidas, e obviamente também trabalhada a sua relação com a rede viária estruturante. Lembrando sempre uma daquelas reformas principais que este processo tem, que é a função útil do troço de ligação da via Aveiro/Águeda e aquilo que passa a ser o cruzamento dessa via com a autoestrada A17, tirando proveito do nó de Oliveirinha /São Bernardo permitindo por essa via uma servidão de entrada e de saída da área de acolhimento empresarial de Eixo/Oliveirinha que à data não tem e que não estava previsto ou não está ainda previsto. Depois há ainda um trabalho importante de referenciação, de importância a outras peças do território, como a frente ribeirinha do Baixo Vouga Lagunar, São Jacinto, etc.

Portanto, tomámos como opção de primazia nas definições de operação do território o zonamento. Não se inventa basicamente nada. É aquilo que temos no PDM, mas não é aquilo que temos no PUCA, mas obviamente é na nossa opinião a solução mais sensata, mais correta, para as definições e das regras principais da função do território é por zonamento.

E portanto foi por aí que fomos para a definição das regras. Obviamente no regulamento, um destaque também muito importante para a circunstância de pela primeira vez, passarmos a ter em letra do regulamento (que nunca tivemos) o nosso sistema de Eclusas e Comportas. A sua existência, a sua gestão, a sua relação com os serviços de Proteção Civil. O artigo 8º do regulamento marca essa entrada formal para a vida de uma estrutura que tem quase 30 anos e que nunca tinha entrado para a vida formal. É uma peça muito

importante como instrumento formal de gestão daquilo que é a relação da nossa circunstância geográfica com um risco de cheia, que objectivamente existe na condição natural da nossa relação da quota a que está a terra e a sua relação com a toalha de água da nossa Ria de Aveiro.

Ficamos com um instrumento que ele próprio que no tal artigo 8º no seu no seu ponto 4, faz a definição do tal estudo que ficou formalmente comprometido para ser realizado em acção da cooperação da Câmara com a Agência Portuguesa do Ambiente, para fazer a definição da quota local, de máxima de cheia, que não existe em estudo algum para o nosso território, enfim, sendo infelizmente verdade que também não existe no nosso país.

No que respeita às áreas de solo urbano. Basicamente ficámos onde estávamos. Tínhamos 51,1 quilómetros quadrados, passamos a 50,05. Portanto no total do solo urbano ele é basicamente idêntico, tem esta ligeira redução de 2% arredondando a conta.

Sabendo que as reduções principais são na redução da área de equipamento e na referenciação formal de espaços verdes. Na área de equipamento que passamos de 7,06 para 3,29 e no espaço verde que não tinha referenciação formal passa a ter, com uma área de 4,39 quilómetros quadrados.

Portanto estas são algumas das características principais da proposta que construímos e que trazemos à Assembleia Municipal.

Nota penúltima em relação à participação pública. Ela que foi sempre muito intensa informalmente. Aliás, quando começámos este processo já os serviços da Câmara tinham cadastrado por força do trabalho de interação com os cidadãos, proprietários, investidores, algumas disfunções. Fossem do PDM, fossem do PUCA, fossem do PU Polis, fossem do PP da Baixa de Santo António, portanto dos instrumentos de planeamento em vigor.

Portanto esse trabalho já vinha sendo anotado pelos Serviços da Câmara Municipal, mas obviamente que a partir do momento que abrimos o processo de revisão, obviamente passámos a ter não só pela nossa própria atenção e dedicação à causa, mas também dos cidadãos, dos proprietários e dos investidores que sabendo que estava aberto um processo de revisão, obviamente que houve muito mais trabalho a esse nível.

E temos também a participação formal. Aquela que tivemos no início na abertura do processo, com 42 participações formais, e aquela tivemos agora no fim do processo com 177 participações formais e, obviamente, tirando delas, de umas e de outras, contributos muito muito positivos que nos permitiram melhorar as perspectivas iniciais e obviamente chegar ao fim com uma proposta que tem obviamente uma riqueza acrescentada em relação àquilo que era a versão que fomos construindo fora destes ambientes. Nomeadamente as alterações finais, no fundo aquelas que estão hoje na versão que trazemos à Assembleia Municipal e que não estavam na versão que levámos a inquérito público, depois da deliberação de Câmara de Setembro passado.

Portanto este processo claramente nos permitiu melhorar perspectivas, melhorar soluções, lutar mais, portanto nós por força da participação pública voltámos à mesa das negociações com a RAN por causa de um processo e com a REN por causa de 12 processos. Sabendo que nenhum deles era novo. Qualquer um desses 13 processos já tinham sido alvo de propostas da Câmara no processo de negociação, em que não tivemos ganho de causa e, obviamente, como mandam as regras, as participações que têm concordância Câmara voltam à mesa das negociações. Uma com a RAN, repito, doze com a REN. E tivemos vencimento de causa no caso único da RAN que correu bem. No caso da REN tivemos cinco que ficaram resolvidas, duas que ficaram parcialmente acolhidas, e cinco que voltaram a ser chumbadas.

Sabendo que uma delas era um velho processo que fica finalmente resolvido criadas as condições para a sua resolução e bom desenvolvimento futuro, tem a ver com a unidade industrial da Diatosta em pleno centro de Oliveirinha.

Portanto este processo tem esta referência. Obviamente que houve no inquérito público algumas chamadas de atenção de perspetivas diferentes sobre desconformidades com o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNPOT). Com o PROT-Centro que não sendo ainda lei é um documento que se usa como referência num conjunto de aspetos. A Lei da Água, os prazos dizendo uns que estão ultrapassados outros que ainda falta muito. A Lei como sabem é sempre dada a interpretações e obviamente que a Câmara tem a sua equipa técnica, de técnicos, de juristas, e tem as suas interpretações, mas, enfim, como é lógico neste caso sempre todas trabalhadas com os parceiros. Nomeadamente um parceiro que aqui é especial, que é principal e é quem manda na componente legal que é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional. Sabendo que quisemos também ir buscar uma prestação de serviços adicional, daquela que é considerada a melhor especialista que o país tem nesta matéria que é professora Fernanda Paulo Oliveira, para nos ajudar nas opções e na redação final do nosso regulamento. Que aqui é obviamente em termos jurídicos a peça chave. Portanto temos a proposta que trazemos à Assembleia por uma proposta sólida, competente em termos técnicos, em termos jurídicos e, obviamente que esta proposta que aqui trazemos a entendemos como positiva naquilo que é constituir um marco de mudança na gestão do território.

Como já disse, não se rasga nada daquilo de que somos herdeiros. É um processo evolutivo, não está tudo errado no PDM, não está tudo errado no PUCA, isso não existe. Há um balanço que fizemos globalmente negativo, que determinou a tal definição de disfunção para podermos ter um novo quadro, mas, obviamente, não rasgámos tudo. Muito daquilo que está ainda em vigor tem componentes positivas e, obviamente tem seguimento.

Portanto isto é um processo de progressão, obviamente, procurando que o novo quadro de planeamento seja melhor do que o quadro que vai deixar de estar em vigor e a esse nível estamos absolutamente tranquilos e com um nível de convencimento muito sólido que assim é no quadro da nossa perspetiva e também no quadro da perspetiva que fomos recebendo, neste trabalho de equipa com as tais 32 entidades que connosco fizeram este trabalho. Repito, com destaque principal para a CCDR Centro.

Neste quadro obviamente nascem outros episódios que se vão ancorar no novo PDM, nomeadamente os estudos urbanísticos de áreas que têm motivações específicas de desenvolvimento urbano, de pressão urbanística, de histórico, nomeadamente o PP da Baixa de Santo António que passa a ter um estudo urbanístico que mantém toda a sua matriz de ocupação do território, mas muda os condicionalismos de tipologia de ocupação, porque eles obviamente estão completamente ultrapassados e hoje não é compatível com as dinâmicas do mercado. Temos um Plano que define o número de T1 e T2 e as áreas das lojas, enfim, isto obviamente não faz qualquer sentido.

E, portanto, essa é a nova solução que é ter estudos urbanísticos que são formalmente aprovados pelo executivo municipal. E que qualquer alteração que possam vir a ter e podem vir a ter, essa alteração ou essas alterações têm que ser alvo de deliberação do executivo municipal.

Portanto a lógica é esta lógica de identificar os instrumentos complementares, dando-lhe um assento de responsabilidade de nível alto obviamente, repito, colocando-o na esfera do Executivo Municipal.

Portanto é neste quadro que desenvolvemos este trabalho. É neste quadro sólido, tranquilo, de nível de satisfação elevado, que trazemos esta proposta à nossa Assembleia Municipal. E obviamente com toda a disponibilidade para participar no debate. Muito obrigado Senhor Presidente."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

"Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. O PCP considera que, de facto, não existe um PDM ideologicamente neutro. Numa óptica capitalista a cidade, o seu solo, o conjunto das infraestruturas urbanas são fundamentalmente fatores na formação do lucro. Uma visão incompatível com a cidade que permita uma habitação digna, transportes dignos, trabalho, educação, saúde, cultura, lazer, entre tantas outras coisas onde seja possível assegurar o bem-estar o coletivo.

Este PDM é determinante no projeto político encabeçado por PSD/CDS com vista à mercantilização da cidade. No essencial, opta pela liberalização do uso do solo. A cidade e os seus espaços passam a ser aquilo que o mercado deles queira fazer. Os interesses privados sobrepõe-se ao interesse geral da população de Aveiro. Isto está bem patente nas escolhas feitas ao longo de todo este PDM. Este PDM é a prova viva, cada vez mais o solo da cidade é uma fonte de rendimento para uns poucos, quando podia e devia ser uma fonte de riqueza para benefício de todos, rendas e não riqueza. A primeira tem como base a propriedade do solo e a especulação. A segunda resulta da atividade produtiva, resulta do trabalho dos cidadãos.

A recuperação da vocação produtiva da cidade, incluindo-a na sua relação com a Ria, a criação de emprego qualificado com direitos, a valorização dos serviços públicos, o combate às privatizações, entre tantas outras opções de classe..."

Presidente da Mesa:

"Senhora deputada, desculpe interromper. Eu tenho que fazer aqui uma chamada de atenção que é o seguinte: quando o Senhor Presidente está a falar regra geral nós seguimos todos com muita atenção. Isso é bom que aconteça. Mas o que eu tenho vindo a verificar é que quando os deputados começam a falar, como se não tivesse a mesma importância, gera-se um ruído. Eu percebo que as pessoas tenham de falar, mas eu agradecia que falassem baixo para não perturbar ou eventualmente retirarem-se para pudermos conversar. Portanto pedia que fosse dada a mesma importância a todos os senhores deputados e ao Senhor Presidente e ouvissem com a mesma atenção."

Vogal Ana Valente (PCP):

"Obrigado. A valorização dos serviços públicos, o combate às privatizações, entre muitas outras opções de classe são orientações que concorrem para fortalecer e diversificar a base de desenvolvimento económico desta cidade. Orientações que não têm sido seguidas e que este PDM dá a sua devida continuidade. Orientações que são tidas por décadas de gestão, que não nasceram hoje e que é apenas o continuar duma herança de gestão desta câmara que importa e que achamos que deve ser revertida.

Impõe-se aqui algumas perguntas principais. Primeira é que propostas e com que eficácia, pode o PDM valorizar a ligação do município à Ria e ao Baixo Vouga Lagunar. E que áreas verdes e outras medidas de valorização ambiental do município, poderão ser criadas e desenvolvidas inclusive para uso da população. Inclusive e principalmente.

Relativamente aos processos de reabilitação urbana, tal como qualquer outro processo, não é ideologicamente neutro. E não é neutro do ponto de vista dos interesses a que serve, nem das consequências sociais que daí advêm. Infelizmente Aveiro corrobora esta hipótese com o PDM a escancarar as portas à especulação imobiliária. Portas essas que já estavam abertas, verdade seja dita.

Os processos de reabilitação em curso seguem um padrão há muito tempo conhecido de prévia valorização do espaço público e posterior apropriação privada desse espaço

previamente valorizado. Regista-se a crescente elitização da cidade que já tínhamos dado conta a propósito de outros assuntos. E regista-se o que é o aprofundar da segregação social no espaço urbano, sem ignorar as responsabilidades do Estado central no domínio da habitação.

Há várias coisas que o município poderia ter feito para minimizar este problema e até hoje não fez. Este PDM é prova que continua sem o fazer. De facto consideramos que o património municipal deve ser encarado como uma reserva estratégica que deve ser cuidada e que e que deve ser recuperada e não delapidada como a tem vindo a ser regra ao longo do tempo e cujo passado recente apenas o confirma.

Outra das questões é de facto saber que projeção faz no desenvolvimento da cidade tornando-a mais acessível e combatendo a crescente especulação imobiliária e de que modo é que isto pode ser combatido.

Outro dos aspetos é a mobilidade que é um ponto que também registamos negativamente com o que consideramos ser o desequilibrado desenho das vias principais. Uma falta de elementos que permitam o efetivo afastamento dos carros da cidade, numa perspetiva de cidade do futuro que Aveiro infelizmente perdeu outra oportunidade de ser.

Não acreditamos no que são a inevitabilidade. As inevitabilidades que se nos apresentam agora, fazem parte de um caminho que é traçado há muito tempo e consideramos também que o abandono destas políticas de mobilidade se iniciou algum tempo atrás com a separação dos serviços municipalizados, com a concessão a privados dos transportes, uma série de serviços públicos que tanta falta fariam na esfera pública e que não está desligado, nunca está desligado, do que é a cidade e do que devia ser a cidade e do que mais uma vez não o será no futuro.

Este plano reflete de facto uma escolha fácil do automóvel. E não uma escolha necessária para envolver todas as pessoas num plano feito pelas pessoas, mas feito também para as pessoas. Quando se propõe este plano para esbater as barreiras seja viárias sejam ferroviárias que atualmente separam as freguesias urbanas das periurbanas. E de que forma é que este plano pode valorizar o transporte público coletivo e os meios suaves possibilitando uma substituição gradual do uso automóvel.

Aveiro é de facto feito de múltiplas identidades, de múltiplos lugares, com as suas características próprias e juntas tornam Aveiro um concelho único.

Assim sendo consideramos que não devemos tratar igual o que não é. Damos a mesma classificação de solo à zona entre a ponte São João e a toda a Beira-mar é um erro bastante grande. Pois embora sejam zonas adjacentes não podem ser tratados de forma igual. É contraditório até com a eliminação das zonas cheias no Rossio com o argumento das comportas.

Registamos a existência de um PDM que caminha no sentido da artificialização do ambiente urbano e não a sua naturalização, sem considerações sérias sobre as consequências que daí poderão resultar face também à realidade das alterações climáticas. Impactos que não serão apenas ao nível do bem-estar e da fruição dos espaços públicos, mas também nas atividades económicas, no turismo, e na geral capacidade deste território atrair massa crítica, talento e inovação. Este é um plano sem uma visão clara e global, com uma estratégia de fundo, um plano antiquado e obsoleto de ideias e que não representa o potencial de dinamismo, criatividade e conhecimento deste território e das suas gentes. Um plano fragmentado, pensado para dar resposta a interesses que não são os nossos e que serviram mais uma vez para que os mesmos poucos, se aproveitem de recursos e mais-valias que são de todos os aveirenses.

A principal pergunta que deixamos aqui é, afinal a quem é que serve este PDM? Mais uma vez, este executivo perde uma oportunidade de desenhar uma cidade que sirva os interesses da população de Aveiro. E em vez disso planeia construir uma cidade à peça, não olhando a

meios para atingir os fins. Fins privados com os quais o PCP não se identifica e os quais combaterá por não serem compatíveis com os interesses da população de Aveiro. Disse"

Vogal Rita Batista (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

"Senhor Presidente, mais que um instrumento de Ordenamento do Território definidor do espaço urbano o PDM deve ser um Plano de Desenvolvimento Municipal. Fazendo foco às fraquezas do concelho e tentando corrigi-las e reforçando o que o nosso concelho tem de positivo. Pois não é isso que este PDM reflete.

Se olharmos ao centro da cidade percebemos como este PDM o desenha como montra. Abdicando da habitação enquanto função social para servir a especulação política de exclusão e promove-se a prioridade à indústria do turismo. Que devo acrescentar nem sempre são compatíveis. Se começarmos a ter na Beira-mar a capacidade construtiva do canal da Fonte Nova ou do Bairro do Liceu, está-se a perder o factor diferenciador, está a matar uma das suas galinhas dos ovos de ouro.

Se pensarmos no parque de estacionamento do Rossio. Um erro económico, social, e ambiental e pensar que é um erro que vai ser repetido muitas vezes, porque não vai ser só a cave do parque de estacionamento. É toda uma zona onde antes não se podia construir e agora se passa a poder construir em cave tornando aquela zona ainda mais estruturalmente débil.

Depois pelo risco efectivo de zonas inundáveis. Situação que é clara nas questões levantadas pela APA e devemos acrescentar, em nosso entender, mal esclarecidas por este executivo nos pareceres ao que teve que responder. Também nessa zona, pelos últimos estudos conhecidos, em que contexto dos efeitos das alterações climáticas dão sempre Aveiro como zona inundável. Isto é a realidade. E, portanto, parece-nos de um erro negligente o que se prepara com este PDM, com estas permissões de construção na zona do Rossio.

Mas se é um PDM que põe no centro o turismo. Põe no centro a especulação imobiliária. Guarda o centro da cidade para a indústria e acessível apenas para uma fração muito pequena da população. E por isso, quando o Senhor Presidente quer defender Aveiro enquanto Cidade símbolo da vida, emprego e felicidade, nós gostaríamos que fosse símbolo de vida, emprego e equidade. Assim não acontece.

Para as exceções todas as exceções para as unidades hoteleiras. Ultrapassar cércas dominantes, empreendimentos de carácter estratégico reconhecendo o interesse público, quando na verdade é o interesse privado e o ganho privado e onde sobressaem obviamente os empreendimentos turísticos.

Uma análise rápida às participações que houve no período de audição pública. E a grande maioria prende-se precisamente com interesse na alteração de classificação dos solos. Não estamos a falar na pessoa que quer construir a sua casa, mas sim da construção ou da especulação que fazem disto o seu negócio. E a câmara dá parecer favorável a mesmo muitas participações sem vermos nenhum ganho social nesses pareceres favoráveis. Sabemos que o solo é limitado e que um solo urbano tem a função social de ser usado para habitação. Quando esta função se transforma em negócio a câmara deve e tem de cativar essas mais-valias dessa alteração do solo. Mas escolhe não o fazer. Um acto administrativo como este que implica ganhos imensos a quem vai construir e a quem vai vender depois habitação. E quanto é que a câmara retém desse processo? Zero. Permitir construir 4, em vez de 3 pisos, há um ganho para quem vai construir. Quanto é que a câmara arrecada dessa transformação? Zero. Portanto este PDM não introduz nenhuma justiça social no acesso à habitação. Mas depois vem a direita dizer que as contas são importantes para

equilibrar a dívida, quando se estão a desperdiçar recursos em instrumentos que a câmara podia estar a usar para reverter de outra forma para o ganho da população.

Outros instrumentos que a câmara podia usar quando define as regras deste PDM e que escolhe não fazer. Rácio de habitação a custos controlados por habitação construída nova. Rácios de alojamento local construído por habitação existente na mesma zona. Imposição de zonas de construção para arrendamento social acessível, etc. Nada faz, aprofundando cada vez mais as desigualdades naquilo que é um direito de todos nós, o direito à habitação. Promove através desta política de investimento a especulação imobiliária. Promove a gentrificação e expulsa do centro da cidade a maior parte da população. Trata-se de uma política de exclusão.

Como defender uma Aveiro, universidade modelo, fazendo este jogo com universidade para os estudantes, quando na verdade cada vez menos estudantes têm condições para viver no centro de Aveiro, perto do sítio onde estudam. E, portanto, é toda uma política errada com os objetivos errados, que estão plasmados neste PDM.

E depois temos conceito de cidade alargada. E com todos os custos que isso acarreta. Se construir mais longe de onde estão os serviços, donde está aquilo que é a vida da cidade. Obviamente que vai haver custos de ter que levar infraestrutura para mais longe, ter que ter um serviço de transportes que não dá essa resposta e, portanto, estamos só a dificultar a vida e a tornar essas escolhas mais caras a todos os aveirenses.

E depois esta escolha de cidade alargada é um modelo ultrapassado. Já foi tentado no passado, não é. Estamos a criar periferias dormitórios. Mas fazendo a escolha de as tornar zonas monofuncionais, não vai haver diversidade de serviços nestas novas periferias onde se vai investir grandemente em construção. E, portanto, menor qualidade de vida para as pessoas. Porque se fosse para levar a sério este modelo de cidade alargada a prioridade estaria em criar zonas multifuncionais. Habitação, serviços públicos, comércio, lazer, tornar as comunidades mais autónomas, menos dependentes do centro da cidade. Não é isso que acontece. Isto representaria ganhos. Ganhos sociais, ganhos ambientais, mas nada disso lhe interessou ao executivo. Porque quando não temos uma rede de transportes públicos que não dá resposta, o que estamos a fazer novamente é criar mais confusão e mais obstáculos ao acesso à cidade e não está a corrigir nenhuma desigualdade.

Depois temos o exemplo da Avenida Europa. O erro, mais um erro. De facto, aquela zona da Estrada Nacional e já uma zona onde as pessoas a usam sem condições para andar a pé ou de bicicleta.

E as pessoas usam-na. E este seria o momento para saldar a dívida para com quem usa esses modos de deslocação não poluentes. O Senhor Presidente escolheu não o fazer.

E, portanto, quando nos vem falar em objetivos estratégicos de mobilidade, na promoção de meios de deslocação ativa, isto não passa de um simples enunciado. Não quer na verdade promover nenhum objetivo estratégico. Aqui estaria uma via que atravessaria quase todas, senão todas, as freguesias que agora enunciou como fazendo parte do novo centro de cidade alargada que enunciou. E escolhe não fazer. Vamos ter uma Avenida simplesmente para carros.

E, portanto, isto reforça o modelo que é o retrato da política de mobilidade de Ribau Esteves, que é baseado no transporte individual. Neste PDM está bem referida o reforço da rede viária, mas já não se vê esse reforço quando se trata de rede pedonal ou de rede ciclável.

É mais um exemplo e reforça ainda mais o que tem constituído e que constitui a política de exclusão, quer seja na habitação, quer seja nos transportes, que são essenciais para a vida das pessoas e que diz que quem não têm capacidade económica para ter um transporte individual continuará a ser alvo das políticas de exclusão deste executivo. Disse."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

"Muito obrigado Senhor Presidente. Chega hoje ao fim o processo de revisão do PDM de Aveiro. O PDM ainda em vigor, velho de quase 25 anos, foi sendo complementado com diversos instrumentos como planos de pormenor e de urbanização, está hoje claramente desfasado da cidade e município que somos e ainda mais da cidade e município que queremos vir a ser.

O trabalho que foi necessário desenvolver para chegarmos a este documento final, envolveu, em primeiro lugar os técnicos das diversas divisões da autarquia e os seus responsáveis políticos, a interacção com as 32 entidades cujos pareceres positivos fazem parte integrante do mesmo, a auscultação num primeiro momento de uma forma mais informal e posteriormente em sede de consulta pública, com o rigor e formalidade legais, de centenas de municípios e associações, de modo a que o resultado final possa ser o mais abrangente possível.

É natural que um documento desta profundidade não seja consensual. Não o é nem pode ser, pois há sempre interesses particulares que não podem ser atendidos face ao interesse da comunidade e há também visões diferentes quanto à forma de desenvolvimento e ao futuro que perspectivamos para Aveiro.

As opiniões dos diferentes partidos, que integraram em sede desta Assembleia uma comissão de acompanhamento do PDM, foram debatidas quando apresentadas, mas também ouvimos silêncios numa altura em que todas as dúvidas eram legítimas. E quem calou naquelas ocasiões, terá agora legitimidade para apresentar um rol de críticas como se tivesse sido apanhado de surpresa com o resultado final deste processo? Julgo que não. Infelizmente as intervenções que me antecederam resultam de Partidos que em sede de Comissão não exprimiram qualquer ideia, não puseram dúvidas, e agora parece que descobriram qualquer coisa de novo. Infelizmente não nos foram dadas a conhecer motivos objectivos para estas discordâncias. Apenas e só motivos ideológicos. Estamos em Portugal do séc. XXI não estamos na Rússia ou na China de meado séc. XX

Temos também a chamada sociedade civil, representada através de algumas associações, cuja representatividade é, no mínimo, questionável, e que por aquilo que vamos ouvindo, se acham detentores da verdade absoluta mas que, na maior parte dos casos não passam de um alter-ego dos seus dirigentes, alguns dos quais, provavelmente, nem sequer foram escrutinados pelos seus pares, se é que esse pares têm existência real.

O documento que em breves minutos iremos votar, consolida a ideia de cidade nascente que o CDS defende desde as eleições autárquicas de 2001 e integra a definição das diferentes tipologias de ocupação de território necessárias para o crescimento e desenvolvimento sustentável do Município de Aveiro.

Também não podemos ignorar a definição de alguns novos eixos viários que irão alterar situações críticas que vivemos há décadas, como é o caso da variante a Eixo ou as bases para uma ligação a Águeda que respeita e aproveita o existente e projecta o futuro tendo em conta os recursos actuais.

Quanto a esta ligação, aguardamos que os governantes sentados nos cadeirões lisboetas percebam a importância que a mesma tem e a necessidade imperiosa de acabar com as portagens de S. Bernardo/Oliveirinha na A17 e Cacia/Angeja e Estádio na A25, de modo a que a circular exterior de Aveiro seja efectivada para retirar das áreas urbanas o trânsito desnecessário e que a elas recorre para evitar o pagamento absurdo destes valores de cada vez que por lá passa. Estamos convictos que com a publicação em Diário República do PDM de Aveiro para o século XXI, teremos o desenvolvimento sustentável que todos ambicionamos para a terra onde nascemos ou que escolhemos para viver.

O CDS-PP votará assim favoravelmente a proposta de revisão do PDM. Disse."

Vogal Fernando Nogueira (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

"Boa noite Senhor Presidente, Boa noite Senhor Presidente da Câmara, Membros da Câmara e Colegas das bancadas. Bem a questão, penso eu, o PDM que existe é um PDM de facto datado, etc. Mas a grande questão que nós pensamos que é importante é que este é realmente um PDM desejado, mas este é um PDM de malha larga! Várias vezes foi dito e a grande questão não é ser ou não PDM de malha larga. Ou seja, não é necessariamente mau um PDM de malha larga, depende é depois da resposta a algumas perguntas bastantes simples sobre o que é que é isso de um PDM de malha larga.

E a primeira pergunta que eu tenho é como é que foi definido essa malha larga? E esta pergunta tem duas lá dentro que são. Para que é que queremos a malha larga, ou seja, onde estamos e para onde queremos ir? Esta é uma questão muito importante e que passa por muitas que aqui foram já ditas, porque ela tem clivagens de Esquerda/Direita, de Mercado, de relação da sociedade, etc, etc.

E a segunda pergunta é. como se afinam as decisões de detalhe no caminho? Ou seja, há definições de detalhe, que como o Plano é de malha larga, não estão definidas à cabeça. O que é bom porque não se deve definir tudo à cabeça. Se o Plano disser que temos que ir dar com a cabeça numa árvore, não convém dar com a cabeça na árvore, se ela entretanto se puser no caminho. Por isso esta duas perguntas são perguntas muito importantes.

Eu acho que as respostas à primeira pergunta que é como é que foi definida a malha, não me esqueço que quando fiz a primeira intervenção nesta casa foi como é que tinha sido feito o documento de fundamentação estratégica.

O documento que deu origem ao processo é um documento de carácter procedimental, feita por alguém num gabinete, e que deu início a este processo de revisão, nunca, nunca mais, como comunidade, discutimos para onde queremos ir e onde queremos estar daqui a uma década. Não o fizemos. Fomos discutindo aspectos parcelares desta questão.

E portanto este PDM de malha larga já está ferida a sua sustentação política e social. Só para dar alguns exemplos.

Primeiro, o regulamento é altamente conservador nas questões ligadas ao dimensionamento do espaço público e das relações conexas com a mobilidade, adotando os limites mais conservadores da lei em vigor que é uma Portaria de 1992.

A carta da REN com 25 anos que poderia salvaguardar uma estrutura ecológica municipal, elimina-a com argumento de que está fragmentada e já não vale a pena.

O que têm estes assuntos em comum?

Primeiro, como é legal pode fazer-se. Mesmo que no preâmbulo do PDM se teçam as mais elaboradas intenções de promoção da sustentabilidade ambiental, faz-se o inverso ou bastante mais modesto.

A segunda questão é que como é legal e corresponde à visão parcial que esta Câmara tem de muitos assuntos ligados à sustentabilidade, à mobilidade, ao risco ambiental e à relação entre ambiente e economia, a coesão territorial, como é legal pode fazer-se.

E como é legal, o ónus de fazer uma boa proposta está do lado da Câmara. E não são os órgãos da administração que são responsáveis pela aceitação das perdas e exclusões ou omissões propostas. Se o Regulamento da Mobilidade é pobre, é pobre porque alguém quis. E se a REN é pobre, e nos ficará sempre a dúvida se a Câmara usou ou não usou perante aqueles a sua legitimidade política de eleito para discutir as condições que nunca foram concertadas localmente.

A proposta da REN que primeiro vi, antes mesmo da discussão mais direta com a respetiva comissão já era má. E atirar agora as responsabilidades do esboroamento da REN no procedimento administrativo é francamente mau. Aliás, como membro da Comissão restrita de acompanhamento ao PDM, devo dizer que o presidente da câmara nunca fez confiança

na mesma. E quando foi questionado directamente sobre o assunto, por mim próprio sobre o que se passava com a REN, nunca foi capaz de esclarecer a bendita Comissão sobre o que realmente se passava.

Para que serve uma Comissão nestes termos é no mínimo questionável, uma vez que representaria o conjunto de todos nós.

E isto leva-nos à segunda questão, que é como vamos afinar as decisões de detalhe, no caminho? Porque é aqui que ter um PDM de malha larga se torna bastante perigoso. E os indícios que estão por aí não são muitos bons.

A governação que temos tido revela bem a falta de concertação das forças políticas e as decisões sobre as questões mais importantes do presente e do futuro do município, careciam de muito mais discussão.

Por outro lado, os indícios que já estão no terreno sobre este PDM, não são auspiciosos. Porque a ideia de usar “estudos urbanísticos” para decidir o que o PDM não pode definir podia ser um bom princípio. Mas já estamos habituados a que se usem estudos para fundamentar uma objectividade qualquer, decisões que já foram tomadas.

Objectividade devia ser usada para decidir porque é que precisamos, para que é que serve, e como é que chegamos a onde queremos ir. E realmente os indícios não são bons.

Finalmente, também são indícios preocupantes porque não conhecemos uma linha de pensamento ou de estratégia relativamente ao PDM vinda das bancadas que apoiam a Câmara. Apenas temos um constante “está tudo bem, apoiamos”.

E cabe-me uma palavra em particular por ter pertencido à Comissão Restrita da Assembleia. E no essencial, a avaliação pessoal que faço, é que o trabalho da Comissão foi totalmente inócuo para o para o resultado final.

As propostas para melhorar as normas relativas ao espaço público e mobilidade (e falo daquelas em que intervimos mais directamente) foram ignoradas.

As preocupações sobre o efeito tampão da EN 109 ou falta de centralidades nas freguesias, foram ignoradas.

A versão do regulamento que veio a discussão foi comentada por mim e continha algumas questões que consideramos no PS problemáticas, e que problemáticas ficaram até ao fim.

As preocupações sobre a ocupação das áreas do Salgado, sob a designação de Espaços de Ocupação Turística, foram ignoradas.

A ausência de regulamentação sobre bairro histórico e de conjuntos históricos, remetendo para edifícios e monumentos, são tratados numa base individual e casuística.

A gestão da cércea em zonas tipo 1 e outros aspetos urbanísticos, em que as normas eram bastante arbitrárias e com níveis apreciáveis de subjetividade (e não estamos a discutir em paralelo as questões fulcrais da Carta Educativa) estão presentes.

Como disse não foi feita nenhuma confiança à Comissão. E as questões sobre o que aconteceu à REN, calha, digo calha, porque temos uma visão do que aconteceu à REN que é coincidente e vista de dois lados diferentes. Mas teria sido o ponto a meu ver, não é o mais importante do PDM, mas é importante, em que nós afirmariamos uma posição diferente sobre aquilo que eu acho que é o eixo estratégico mais do que era há 25 anos, que era aquilo que se pode chamar uma rede ecológica municipal.

E por tudo isto, hoje aprovar-se-á um PDM de malha larga que tem muitas condições para prosseguir políticas que não correspondem à ideias de muitos, mas de muito poucos. E que não nos levará a um destino que tenha sido debatido. E que em definitivo o PS não se revê nos aspetos essenciais. Disse."

Vogal Joaquim Simões (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹¹

"Obrigado Senhor Presidente. Serei breve e objectivo. Consagrada no presente PDM a decisão de expandir o Hospital de Aveiro, hoje chamado de Centro Hospitalar do Baixo Vouga, utilizando os terrenos disponibilizados pelo estádio Mário Duarte é uma opção desde já ultrapassada no tempo e que provocará grande erosão na instalação existente, considerando a exiguidade da área disponível que não satisfaz as necessidades de um equipamento hospitalar que se pretende moderno, amplo, estruturante, detentor das últimas tecnologias, dimensionado para o futuro, com disponibilidade estratégica para se assumir como hospital universitário.

Importava sim manter a reserva territorial consagrada no PDM anterior, agora utilizada pela presença da A25 e A17.

O Hospital serve os municípios envolventes de Aveiro. A insuficiência deste desígnio está claramente reflectida na sua localização no interior da Cidade, destituído de acessibilidades expeditas e imprescindíveis a um Centro Hospitalar, trazendo circunstâncias lesivas às populações que pretende abranger.

Outra situação Senhor Presidente. Senhor Presidente verificamos na presente proposta que não acontece a consagração das periferias. Constatamos que não são previstas para as nossas freguesias núcleos institucionais de qualidade elevada, que projectem uma expansão sustentada para o urbanismo superior. Importante para o arquitecto Renzo Piano é o "grande periférico". Afirma de forma perentória em oportuna entrevista à revista do Expresso, que futuro se dará às zonas envolventes às cidades e que estas verão os seus núcleos transformar-se em autênticos museus e conseqüentemente espaços de uso de fruição urbana por excelência.

Outra questão. Gostaríamos ainda Senhor Presidente de ter notícias quanto ao enquadramento no presente PDM do edifício inacabado em Azurva, abandonado há cerca de 20 anos. A imagem que transmite é desoladora. Num local que prima por qualidade. Requeremos as vezes que necessárias for que não nos move a demolição. Move-nos sim a resolução de uma grave perigosidade e de custos. Muito obrigado."

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta⁰¹²

"Boa noite a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, cumprimento com muita amizade os meus caros colegas. Senhor Presidente, sendo a cidade uma construção colectiva, o PDM terá de ser um documento estratégico e de responsabilidade de todos os cidadãos. Por isso é que houve audição da população e isso tem de constituir um alvo extraordinariamente importante. A esse contributo terá de acrescentar-se um contributo técnico de especialistas. E o poder político por sua vez tem o poder e o dever de estimular este diálogo constante entre esta forças. O PDM apresenta, na opinião do Partido Socialista, alguns aspectos problemáticos. Primeiro a circunstância do plano ter um carácter genérico, aspecto este que a legislação não impõe mas também não impede, permite que através de estudos urbanísticos só se detalhe o que é exequível. Aquilo que tem mérito de ser exequível.

Deste modo pode obter-se a quantificação dos benefícios do investimento público em proveitos particulares, por exemplo.

No entanto este aspecto ao carácter genérico exige efectivamente a existência de estudos urbanísticos que têm de respeitar o próprio PDM. Por exemplo os estudos urbanísticos à Avenida Lourenço Peixinho é um exemplo disso. Esses estudos urbanísticos plasmam-se por constituir questões concretas, não constituem uma figura legal, não podem incidir direitos

sobre os privados, não têm efeitos legais sobre os privados, mas dão indicações importantes para o desenho urbanístico por exemplo de uma praça ou de uma avenida para se sair da abstração do próprio PDM.

Há em segundo lugar um equívoco em nossa opinião, quanto ao conceito de cidade neste documento. A cidade neste PDM tem como limites no limite ocidental o canal de São Roque e no limite oriental a A17.

É sem dúvida um conceito bem alargado, sendo que deste modo a N109 deixa de ser fronteira. Curiosamente temos até à N109 34 mil habitantes e temos a leste também mais ou menos 34 mil habitantes. Mas não há hoje condições para ser considerado cidade a fronteira que há entre a N109 e a A17. Todos conhecemos os ingredientes indispensáveis para que um espaço urbano possa ou deva para ser classificado como cidade. O intuito administrativo de cidade não é suficiente para transformar um aglomerado numa cidade por que faltam valências. Na determinada cidade nascente faltam em cada freguesia ou em cada aglomerado, não está definida a sua centralidade. Temos poucos espaços de encontro e não temos densidade urbana. Estas circunstâncias levam as pessoas, tudo conduz, à cidade central à cidade consolidada.

Falta igualmente no PDM o levantamento individual do valor patrimonial e não há o estudo próprio sobre a área histórica, com excepção dos edifícios que foram classificados pela Direção Geral da Cultura. O PDM não protege nenhuma áreas. Não protege nenhum edifício. Há um apagamento do mencionado centro histórico.

Este PDM não promove igualmente a função social da propriedade nem corrige as desigualdades já existentes. Este PDM dificulta a relação entre a cidade consolidada e a cidade nascente sobretudo porque as intervenções que estão previstas na estrada N109 em vez de facilitar cimentam e incrementam a barreira que é a própria estrada N109. Falo-vos como seria muito difícil, perigoso, atravessar a 109. Aquela estrada que se quer transformar numa avenida a chamada avenida da Europa, com este PDM tem faixas de rodagem mais largas. Fica com maior dificuldade de atravessamento. Pretende-se que tenha mais equipamentos, como supermercados e alargamento de centros comerciais já existentes. Tudo isso cimenta a N109 como uma barreira e não aproxima as freguesias ao centro da cidade consolidada.

Este PDM em termos de mobilidade não cria de forma alguma as condições para uma modernidade. Estudos demonstram Senhor Presidente que em Aveiro 60% das pessoas andam de automóvel particular. E desses 60%, 40% percorrem percursos que demoram menos de 5 minutos.

É preciso pois, na nossa opinião, um incentivo para deixar de usar o automóvel no e para o centro da cidade consolidada. Eu podia dar aqui exemplos de cidades, já o fiz noutras intervenções, mas muito rápido a cidade de Modena em Itália, nessa cidade, que é uma cidade média italiana, cidade capital da Ferrari, é completamente proibido entrar de automóvel no centro da cidade.

Apesar de não ter que estar contemplado no PDM, onde está previsto o plano de mobilidade da cidade de Aveiro? Quais são as propostas concretas por razões até ecológicas, não se prevê a sua realização, pergunto?

Finalmente, se a cidade de Braga tem 4, se Coimbra tem 4, se Porto tem 8, se Setúbal tem dois, se Viana do Castelo tem 7, se Faro tem 5, se Leiria tem 3, se Lisboa tem 5, se Guimarães tem 14 operações de reabilitação urbana, por que é que Aveiro só tem 1? E por que é que essa operação de reabilitação urbana só atinge o centro da cidade consolidada? Havendo as seguintes vilas no concelho de Aveiro, Cacia, Oliveirinha, Esgueira e São Jacinto, por que não se alargar esta operação de reabilitação urbana para estas vilas? Com o actual regime de reabilitação urbana permite que com estas operações se possam fazer independentemente do PDM. Nós esperamos que se possa concretizar Disse."

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [013](#)

"Boa noite Senhor Presidente, boa noite a todos. Já muita coisa foi dita não queria acrescentar muito mais, ficarei expectante da intervenção do município.

O Eng. Ribau Esteves na sua apresentação começou por dizer que era o documento histórico e que definia a estratégia do que esta câmara perspetiva para o município. Se é esta a ideia que perspetiva para o município é muito pouco. Ou então não concretizou nada. Porque ficámos a saber que este PDM baliza tudo em 3 tipos solos como, aliás já foi explicado. Não percebo porquê? Gostaria de perceber por que é que é essa a razão, por que é que é essa a perspetiva. E só queria que o Senhor Presidente fosse explicando algumas coisas e respondendo a algumas perguntas que já foram feitas.

Em relação à participação, que vai ser o tema que o Senhor Presidente dirá na réplica, gostaria de dizer o seguinte. Das reclamações que existiram o Senhor Presidente disse 42 formais e depois 177 formais em Aveiro. E a questão é: o PDM nos outros, pelo menos em alguns concelhos é discutido e depois é apresentado freguesia a freguesia. E é um documento que por norma, sobretudo até nas freguesias semiperiféricas têm um interesse muito grande por parte das pessoas. E as pessoas ficam preocupadas com isso. O que é que vai acontecer, em Mamoadeiro, Aradas, etc.

O município como exemplo de Guimarães, teve no PDM agora recente mais de mil reclamações; Leiria teve mais duas mil; Valença que é um município pequenino teve 500 reclamações. Nós tivemos 177 reclamações ou observações para ser esclarecido etc. E, portanto, se o Senhor Presidente acha que é uma decorrência normal e naturalíssima das coisas, ou se acha que houve aqui algum default que deveria ter sido uma discussão pública maior, etc. que devia ter sido construída, como dizia o meu colega de bancada, Fernando Nogueira e bem, desde o início da apresentação do documento estratégico inicial, como é evidente.

É evidente que o Senhor Presidente tem toda a legitimidade (e agora estamos cá nós para fazer a aprovação ou não do documento estratégico) que entender, em bom rigor, para o apresentar à Assembleia. Assembleia depois aprovará ou não. Mas se esta é a visão que este Executivo tem sobre o futuro de Aveiro, de onde é que vamos querer estar daqui a 10 anos por exemplo, é curto Senhor Presidente. Muito curto."

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [014](#)

"Muito obrigada Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento todos. Uma correção Esgueira não é vila. Foi concelho durante muitos anos, mas ainda não tem a condição de vila. Não é que o atual executivo não a queira, mas também chamemos nomes certos às coisas. Depois uma referência aqui a este documento. É um documento é uma proposta positiva, evolutiva, e eu diria também muito arrojada. É um documento importante e que tem em si dois documentos, no meu entender, que estão intimamente ligados ao Plano, que é a Carta Educativa e depois o PEDUCA.

E quando ouvi aqui falar de não há intervenção na parte da requalificação urbanística, foi ver se, de facto, o PEDUCA estava aqui ou não, não fosse o Senhor Presidente ter algum esquecimento e não o teria colocado ou teria colocado mal. Mas de facto está cá.

E depois dizer também que se trata de um documento com visão estratégica. E eu acho que é isso que é preocupante alguns. É uma visão diferente de um Aveiro novo. De um Aveiro aberto à inovação. E com uma Universidade como temos, aberta à inovação, com uma Universidade que foi fazendo o seu caminho evolutivo, neste Aveiro que queremos nosso e além-fronteiras, estar agora aqui a colocar o problema da barreira da N109, bem. Eu ouvi

à pouco dizer que queríamos um Aveiro equitativo. Mas, pronto, se calhar, se calhar, é melhor que esteja assim.

Se calhar sou eu que entende mal, mas confesso que não percebi bem o que é que era esta coisa de periferia. Porque de facto a N109 serve para algumas coisas, para bem, mas para outras para mal. Não eu penso que de facto este documento tem esta característica de colocar as freguesias todas mais perto da cidade, mais perto do centro urbano, e é isso que está aqui em causa. É sermos todos um só e deixarmos de ter esta grande diferença entre os meios rurais e as freguesias rurais que têm que continuar a acontecer como é óbvio, mas de facto aproximar-nos mais uns dos outros é no meu entender pessoal uma mais-valia para a cidade e para o concelho no seu todo.

Por isso este realce à Carta Educativa. A Carta Educativa também ela bastante e amplamente discutida, porque de facto isso aconteceu. É um documento, instrumento de trabalho, que visa bem aquele que é, aquelas que são as linhas orientadoras que o executivo quer para o município. E não só o executivo, já o disse aqui, todos os que temos assento no Conselho Municipal de Educação estivemos disponíveis e demos a nossa opinião sobre a Carta Educativa. Todos discutimos amplamente a Carta Educativa. Por isso quando vamos aqui dizer que é um documento fechado, isso não é verdade. E posso afirmar, aliás, como outros colegas que também tiveram assento neste Conselho.

Em relação às reclamações. Pronto Senhor Presidente se calhar tínhamos que fazer uma manifestação para virmos todos para a rua pôr as nossas reclamações, para depois não temos só 177 e conseguirmos ter 500 ou 600. Como se fosse por aí que as coisas são mais amplamente discutidas e têm mais valor.

Deixar só aqui esta nota de que este documento é de facto a abertura para um Aveiro novo. Um Aveiro da qualidade em que o símbolo seja mesmo a inovação e a qualidade e de ser feliz em Aveiro é também o propósito deste novo PDM. Muito obrigado."

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [015](#)

"Boa noite a todos. Começo por congratular o Senhor Presidente da Câmara e na pessoa do Senhor Presidente todo o executivo.

Congratulo também a Comissão de Acompanhamento desta Assembleia, todos os colegas deputados que a integraram. E aqui com uma nota especial que li no relatório de que o Senhor Presidente esteve presente em todas as reuniões, nas oito reuniões. Portanto tendo estado todas as forças parlamentares representadas, certamente puderam expor as questões que agora trazem e muitas delas já tiveram resposta. Eventualmente não quiseram foi a resposta que obtiveram.

Mas também aqui realçar o trabalho dos senhores funcionários da Câmara Municipal de Aveiro. Em concreto dos senhores arquitectos, dos senhores projetistas, dos senhores juristas, porque isto é efetivamente um documento muito bom, que é trazido à discussão.

E nós não dizemos que está tudo bem e apoiamos. Nós pensamos por nós, todos nós somos racionais, poderemos não ser tão dotados de inteligência como outras pessoas que aqui estão, mas pensamos por nós e apoiamos porque acreditamos no projeto e acreditamos no documento.

E, por fim, quanto ainda à congratulação, congratulo todos os aveirenses que chamados à participação o fizeram. E não fizeram mais quem não quis. Porque dizer que não houve a participação é de facto chocante para mim. E dizer que nós apoiamos está tudo bem. Porque todos os dez presidentes de junta que aqui estão presentes nesta sala se fizeram representar. Foram convidados a apresentar propostas por escrito. Em Setembro foram chamados a reuniões longas, onde foram discutidas pormenorizadamente todas as condições para cada freguesia. Foram feitas sessões públicas. Foram feitas audições

públicas. Os documentos estiveram disponíveis para consulta. Os cidadãos nem se tinham de preocupar em fazer a reclamação porque havia formulários próprios, os funcionários da Câmara estiveram disponíveis para receber os cidadãos que quiseram participar ativamente. Se o número de participação não foi elevado, eventualmente não vieram autocarros de outro lado para fazer a participação porque teriam que residir em Aveiro.

Mas voltando ao documento porque eu considero que é uma noite importante para a cidade de Aveiro. Porque hoje vimos nascer o Aveiro grande que todos desejamos.

Pelo menos todos os aveirenses que gostam de uma cidade, como uma verdadeira cidade. Eu se calhar eventualmente por ser Presidente de uma freguesia periférica dormitório, fico muito feliz. Portanto como Presidente de uma freguesia periférica e sem centralidade não é, eu não sabia, pensava que Aradas tinha vida própria e que tínhamos densidade populacional e que tínhamos sinergias considerada, descobri esta noite que não e que sou Presidente de uma freguesia meramente dormitório e sem dinâmica própria. Eu como presidente de Junta fico indignada e penso que os meus colegas de Cacia, Esgueira, Santa Joana, e São Bernardo ficaram também indignados, porque efectivamente estas freguesias e estes lugares periféricos e dormitórios passam a pertencer à malha urbana e, portanto vimos efetivamente galgar a N109. E não vamos galgar a N109 só no papel, porque se de outros não poderemos falar mas a N109 que se chamará breve Avenida Europa quando houver deliberação, são criadas respostas no PDM para isto. Na zona, os grupos económicos que vieram, até já criaram acessos pedonais em parceria com a Câmara.

Portanto na minha zona periférica dormitório os meus fregueses da zona periférica já conseguem circular a pé na N109 sem serem atropelados, porque os grandes grupos económicos, esses malfeitores, ajudaram juntamente com a Câmara e conseguimos efetivamente fazer a travessia já pedonal da N109.

E como se não bastasse, também temos juntamente com o PDM aprovado uma série de documentos e que estão disponíveis, e que penso que todos viram, como é o plano estratégico viário e que veio aqui dar soluções e a tirar trânsito da N109 em concreto.

E quanto à freguesia de Aradas e é da que legitimada para falar, temos o surgimento da via panorâmica ao sul de Verdemilho. Que é sem dúvida uma grande mais-valia. Portanto, não é só criarmos zonas na 109, mas também vemos surgir aqui vias alternativas para tirarmos o trânsito da N109 e a ser efectivamente galgada como se impunha ser.

A cidade de Aveiro não é só este pequeno nucleo de quem circula em regra de bicicleta conhece. Há outras freguesias. Os periféricos também moram na cidade. Não moram só na cidade as 22 mil pessoas da freguesia da Glória e Vera Cruz. Os outros 55 mil munícipes também moram em Aveiro e também têm direito, muitos deles, a verem reconhecidos os seus direitos.

Portanto este PDM é sem dúvida um documento bem construído. Com uma importância notável e estratégico para a cidade. Está-se a apresentar aos aveirenses um documento que não é só para regular Aveiro nos dias de hoje e também regular um Aveiro futuro, com objetivos muito bem definidos. Aliás, quatro grandes objetivos que o Senhor Presidente já explicou e bem.

O PDM tanto é um bom documento que ao longo de todos (eventualmente por isso tivemos poucas participações) estes 20 anos ordenou. Nem sei como se poderia divulgar mais. Além disso houve trinta e duas entidades que se pronunciaram favoravelmente. e a transparência deste município e deste executivo e do Senhor Presidente é tão grande que até põem as participações todas disponíveis para nós consultarmos uma por uma. Põe um memorando da ponderação dos pareceres das entidades. Portanto todos nós se quisermos fazer o trabalho de casa podemos consultar as propostas. Podemos consultar os pareceres positivos de 32 entidades que eu acho que são credenciadas e reconhecidas como tal e que se pronunciam favoravelmente a este PDM.

Portanto a mim, da minha parte, merecem toda a minha credibilidade. Portanto quanto ao documento do PDM que é apresentado e quanto aos documentos anexos, como o plano estratégico municipal, o plano municipal de defesa da floresta de incêndios, a carta educativa, o PEDUCA, o plano municipal de defesa contra incêndios, o plano municipal de emergência e proteção civil, portanto uma série de documentos que contemplam estas tais questões que dizem como é que foram tratadas. Portanto há aqui uma série de documentos em conjunto com este PDM que o torna o grande documento a seguir à reestruturação financeira da Câmara e à reorganização dos serviços. Eu considero que é das grandes medidas que esta Câmara traz a esta assembleia. E sem dúvida que hoje é uma grande noite para a cidade de Aveiro e que ficará para sempre marcada na história de Aveiro, porque hoje queiramos ou não, goste-se ou não se goste, nasce formalmente um novo Aveiro. E, portanto, nós os da periferia e dos dormitórios vamos passar a integrar a malha urbana. Temos pena, mas também vamos passar a integrar a malha urbana.

É sem dúvida e para concluir porque com uma nota muito positiva, porque é de facto um balanço muito positivo quer entre o homem e a natureza, e a história e o futuro. E se todos fizermos um exercício intelectual sério conseguimos perceber este balanço. E conseguimos perceber que temos aqui uma base estruturante para a nossa Aveiro continuar a crescer e a se afirmar no panorama nacional cada vez mais. Tenho dito."

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁶

Vogal Pires da Rosa (PS)⁰¹⁷

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta ⁰¹⁸

"Muito boa noite. Cumprimento a câmara. Eu sobre este processo de revisão do plano diretor municipal, aquilo que me apraz referenciar é de alguma forma este ímpeto reformista e de dinamismo que este executivo trouxe a uma câmara Municipal, em que dois anos após o início do 1º mandato, em que efetivamente apanha uma Câmara numa situação com muitas, muitas, prioridades para serem resolvidas, decide também arregaçar as mangas e dar corpo a uma revisão de um dos documentos de ordenamento e planeamento urbanístico mais estratégicos para o município. E que tal como o Senhor Presidente disse, ao longo dos anos, desde 95 é a 1ª revisão que acontece, e que ao longo dos anos foi secundarizado por alguns planos de urbanismo como o Polis e o PUCA, que no fundo quase demonstram o quanto complexo e difícil e trabalhoso é pegar num dossier como este.

Este Executivo agarrou, digamos, este desafio e num timing que me parece até bastante, razoável. Apenas como referência, dizer ele nasce uma reunião de Câmara em 19 de Novembro de 2015. 6 meses depois a CCDRC define a Comissão de Acompanhamento com as tais 33. Só o número de entidades demonstra bem o quão complexo e difícil é gerir um dossiê como este. E, portanto, desse ponto de vista, eu acho que é uma linha de continuidade daquilo que este Executivo já nos habituou e, portanto, congratulo-me com isso. E por todos os funcionários e colaboradores da Câmara que de facto tiveram um papel importante para que hoje pudesse estar aqui com documento final.

E apenas dizer-vos também que este documento é assente em 4 objetivos estratégicos que, embora à partida possam parecer generalistas, parecem-me a mim muito e muito importantes, e muito equilibrados nas dinâmicas e no crescimento que se espera para a cidade. Se não vejamos. Uma Universidade de Aveiro no PDM de 95 era uma Universidade com pouco mais de 20 anos de existência. Num caminho de crescimento que não tinha tanta expressão como têm hoje nas dinâmicas e no dia-a-dia da cidade. E, portanto, quer dizer, há aqui um conjunto de necessidades do ponto de vista de adaptação do crescimento e da

evolução da própria cidade que me parecem muito bem, digamos, considerados nestes 4 objetivos estratégicos que aqui estão.

Apenas referir uma outra nota de que relativamente à participação, eu considere que isto é um processo muito bem conduzido. Numa lógica e num espírito de grande abertura à participação e aos inputs, digamos que as diferentes entidades e pessoas quiseram trazer ao processo. E um exemplo disso mesmo, quando se pergunta porque é que não houve mais participação, eu diria que só na Comissão de Acompanhamento relativa à Assembleia Municipal, o Partido Socialista colocou essa questão, tinha a possibilidade de usar 100% de 8 reuniões e resolveu usar 80%. Se calhar devem começar por vocês mesmos de definir e responder, porque é que só participaram em 80% quando tinham possibilidade de participar em 100%.

Portanto o espaço de abertura e de participação estava criado. As pessoas que quiseram participar, participaram. Ponto final parágrafo. Tenho dito."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [019](#)

"Boa noite a todos. Hoje estamos aqui para falar sobre o PDM. Para nós o PDM foi uma longa caminhada de mais de 4 anos de trabalho, participações públicas, reuniões, debates, aprovação de um documento por mais de 30 entidades, mais participação pública, mais contributos, e no fim a decisão de quem e a quem cabe decidir é ao Executivo.

Documento aprovado e hoje aqui em sede de Assembleia Municipal, este novo PDM só pode ter a aprovação da bancada do PSD. É um PDM com opções políticas e formais desta maioria. É um PDM abrangente e com um tratamento global nas suas opções estratégicas.

É um PDM que alarga a cidade potencializando assim o território e atribuindo valor de circular externa à A25 e à A17.

É um Plano que dá muita importância à mobilidade e às áreas industriais. Este é um documento que a bancada PSD irá confortavelmente e com entusiasmo, de quem faz uma coisa boa, boa para Aveiro e para os aveirenses, votar favoravelmente."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[021](#)

"Muito obrigado a todos. Há aqui um problema ideológico insanável. Obviamente referencias àquilo que disse a Ana Valente, Rita Batista, a ala esquerda do Partido Socialista, enfim. Ouçam, viva a democracia e a diferença de opinião. Mas dizer, estamos fora de vocês, vivemos num outro mundo. Somos, de facto, o município onde a força motriz são os cidadãos. Onde quem gere emprego e riqueza é a operação privada. Esse mundo que vocês inventam, desse fundamentalismo de esquerda, já nem sequer tem país de exemplo. Já nem a Albânia, que está candidata a entrar na União Europeia.

Às vezes parece que algumas votações que vocês fazem parece que é a Venezuela. Vejam lá uma ditadura horrível onde as pessoas passam fome. Qual é o vosso modelo? Onde é que está o vosso Plano Diretor Municipal que nos dariam como exemplo?

Portanto nós estamos aqui de facto numa disputa entre esta extrema-esquerda que estes três partidos integram a ver qual deles consegue dizer mais mal.

Qual deles consegue estar mais fora da realidade. Porque de facto falais para um mundo que não é o mundo em que nós vivemos. Com uma nota mais estranha. É que, de facto, ao longo de 4 anos foi um vazio e um deserto de propostas objetivas. E agora chegámos aqui e está tudo mal! Quando em conversa com o nosso Presidente combinámos criar a Comissão de Acompanhamento, que foi iniciativa dele e pediu a minha opinião disse-lhe, com certeza, vamos embora para a frente, falámos com a nossa maioria, eu só disse uma coisa ao nosso Presidente, obviamente colocando nessa conversa a minha experiência política que é muita

ao lado da não experiência dele quando começou estas funções — não tenhamos ilusões de que a Comissão de Acompanhamento não vai servir para nada.

E julgo que todos me farão justiça e fizeram, a extrema-esquerda não disse nada. Mas de facto viram um Presidente de Câmara sempre disponível, aberto, respondeu a tudo, expôs nas reuniões todas. Julgo que nenhuma durou menos de 2 horas e terá havido uma outra que durou mais de 2 horas. Quantos colegas meus fazem isto. Digam, quantos? Zero.

Não há nenhum Presidente de Câmara que faça o que eu fiz. Não há nenhum Presidente de Câmara que lidere um processo político como este. Nenhum. Liguem por exemplo à Dr.^a Margarida Bento, que é técnica da CCDR e perguntem, dos 76 municípios da Região Centro, quantos fazem o que Aveiro fez? As coisas são o que são. Mas de facto este espaço de abertura, de acolhimento da opinião dos outros, para vocês não serve para nada.

Os representantes do Bloco de Esquerda e do PCP tiveram meridiano silêncio em todas as reuniões da comissão. Não acrescentaram nada. Fizeram pequenas perguntas sobre um ou outro aspeto de pormenor e mais nada.

O Fernando Nogueira não. O Fernando falou muito. Às vezes muito atabalhoado que a gente tem de estar muito atento para o compreender. E mesmo muito atentos, não é fácil perceber o Fernando Nogueira. Mas foi o membro mais participativo. Disse coisas pertinentes, lembrou história porque é um homem que tem memória do nosso processo de planeamento. Mas de facto quando nós vamos para um processo temos de dar contributos objetivos e não dizer espera aí, vocês é que são profissionais. O Senhor Presidente é que é profissional, nós não somos. É evidente que pagámos a todos as senhas de presença a toda a gente nas comissões. Mas isso não lhe dá um carácter de serem profissionais porque vocês não são de facto.

Mas a verdade é que um processo deste devia ser feito de uma outra maneira. Deviam ter feito com propostas concretas e objetivas. Porque de facto a ignorância nestes processos é triste. Eu percebo, porque só para ler a proposta que nós trazemos hoje aqui são precisas 7 ou 8 horas, só para ler. Não é possível ninguém ler este documento que está hoje aqui a discutir-se com menos de 7 ou 8 horas, não é possível. Quanto mais agora para o estudar. Para cruzar as várias componentes que se têm que cruzar, as condicionantes do ordenamento, das mil condicionantes que o processo tem, obviamente.

Agora era interessante o contributo para os profissionais políticos e técnicos que constroem um processo destes, fosse de facto mais positivo. Porque isto não é mais uma obra que se lança que se concorda ou não. Este não é mais um evento cultural ou desportivo que se organiza e que se gosta ou não. Este é um Plano Diretor Municipal. É um Plano de todos nós, que vai viver 10 anos no município — espero que não viva 25 como o anterior porque as dinâmicas do mundo em princípio não aguentam nada disso. Mas 10 anos é de facto um tempo de todos nós. Esteja quem estiver a governar a Câmara. Esteja quem estiver no poder.

Mas é preciso de facto uma oposição competente. É preciso uma oposição com essa dignidade política ativa e presente para estar num processo destes.

Porque se não, fazem esta figura triste e lamentável de quem estudou muito pouco, para não dizer quase nada, de quem contribuiu com um grande zero, e depois chegamos ao fim e temos aquilo que eu previa — o voto contra de toda a gente, com um conjunto de generalidades, com questões que não tem nada a ver com isto.

Vejam lá a Ana Valente veio-mos falar da valorização dos serviços públicos; do combate às privatizações. A Rita Batista vai também pelo mesmo caminho aqui dos serviços públicos e do alojamento!? Ouçam isso não tem nada a ver com nada disto. O Pires da Rosa vem aqui com ARUs que não tem nada a ver com nada disto. Obviamente que o Pires da Rosa não tem hipótese de estudar isto. Vejam lá que apenas descobriu 3 tipos de classificação do

solo! Quando o Plano tem 24 tipos de classificação do solo o Pires da Rosa só encontrou 3. Olhem, são 13 urbanos e 11 rústicos. Vejam lá que coisa dramática.

Para saber isto nem era preciso ler o Regulamento todo. Mas ler o Regulamento todo é um problema. O Fernando Nogueira levou-me perguntas sobre o Regulamento, meia dúzia delas, mas confessou na reunião que não teve tempo para mais. Mas sem pés nem cabeça. Porque baralhou aquilo tudo e não cruzou os artigos da lei. Eu ainda disse, ó Fernando não é assim. É por isto, por isto e por isto. Ele próprio que é um homem do Planeamento e que sabe disto. Mas obviamente que isto não é fácil.

Agora o que é pobre é nós estarmos aqui com alguém que é maioria, estudou, discutiu em quantas reuniões nossas preparatórios, que o estudámos com a nossa equipa técnica, com o envolvimento de todas as entidades, e agora chega-se aqui, diz-se um conjunto de banalidades e está tudo errado. Olhem, não está mesmo.

E não é por vocês os três estarem a disputar o lugar de quem mais mal diz que vão conseguir transformar uma proposta que é boa, numa proposta má. Não vão conseguir.

Eu reconheço aí a disputa, mas nem me interessa quem é que ganha. Não vou ser eu que vou fazer a classificação, mas de facto não é assim. Não é assim que um Plano Director deve ser tratado por quem obviamente não tem a condição de o construir, como é evidente.

Quem tem a condição e a obrigação de o construir é quem tem a responsabilidade de governar. Óbvio, não vos estou a pedir isso. Embora disse à Rita Batista numa reunião que aqui tivemos, se o Bloco de Esquerda apresentar uma proposta completa do PDM melhor do que a nossa nós adotamos a proposta do Bloco de Esquerda. Disse-o aqui.

Disse-o com clareza. Porque este Plano não é do PSD e do CDS. Este Plano é muito mais. Está muito mais além do que uma opção política que concordamos ou não concordamos. É muito mais do que isso. Mas vocês não conseguiram estar à altura. Não é não quiseram. Não conseguiram, não são capazes, não foi possível. A abordagem está num nível tão baixo na dialética política, que não é possível.

Nós fizemos reuniões com os Presidentes de Junta ao sábado. Ali a dar duro para obter as melhores propostas. Está é possível, está não. Esta tem o problema A aquela tem o problema B. Como é que se resolve. Ganhámos tudo? Não, não ganhámos tudo, mas ganhamos a maior parte.

Portanto é esta nota que é importante deixar aqui, num processo em que, de facto, é uma abordagem muito mais profunda que está em causa. E não a banalidade de arranjar argumentos para votar contra.

Duas ou três coisas que devo também dar nota. Ó Ana Valente vou fazer-lhe esta nota, e obviamente vou officiar o PCP, eu quero saber se a proposta do Partido Comunista para o terreno onde está a vossa sede, que está à espera deste Plano Director Municipal que aqui vamos aprovar hoje, eu quero saber se o Partido Comunista desistiu dela ou se mantém?

E quero saber se V. Exa lhe chama especulação imobiliário ou se lhe chama gestão racional e inteligente de recursos?

Este PDM cria condições para o Presidente da Câmara (que concorda em absoluto), para dizer sim à proposta do Partido Comunista, porque acho que o Partido Comunista não está a fazer especulação imobiliária quando quer trocar uma casa velha de 2 pisos por um prédio de 7. Está a fazer gestão inteligente de recursos e gestão urbana sensata, na minha opinião.

Agora decida-se. Porque esta atitude de ser deus e diabo e de ser branco e preto ao mesmo tempo, isso Ana não pode ser.

Eu estou a falar de gente que veio, responsáveis do Partido Comunista, do mais alto nível do Comité Central, que vieram reunir comigo e que estão à espera que este processo acabe para darmos seguimento àquilo que acordámos como gente séria que somos.

Em nome do serviço ao país e em nome de serviço ao município de Aveiro e em nome do serviço ao Partido Comunista Português que é uma organização da Democracia Portuguesa. Agora essa conversa de que é o diabo para os outros e é o céu para nós, Ana peço imensa desculpa, mas não pode ser.

Segunda questão para a Rita Batista. Em regra, bem sei que a Rita tem uma fixação com as unidades hoteleiras. A regra urbana é dar de facto às unidades hoteleiras uma nota de exceção das cérceas. Nas cérceas e não só nas cérceas. Nalgumas características de localização por exemplo. E não é preciso sair de Aveiro. Veja o que se fez quando se licenciou o Hotel Imperial. O que se fez quando se licenciou o Mélia. Na sua lógica duas aberrações! Não são aberrações dar sim àquela cércea e àquela localização. Se fossem prédios de habitação social, olhe não, não daria seguramente. E eu vou ficar por aqui para não passar a fronteira daquela divergência absoluta de ideologia e do mundo que de facto vivemos em mundos radicalmente diferentes.

Lembrar também esta nota de unicidade. Finalmente, com este Plano Diretor Municipal o Parque de Ciência Inovação, desenhado para existir nos municípios de Ílhavo e de Aveiro, e que até hoje Aveiro não podia licenciar porque o nosso instrumento de planeamento não o permitia, finalmente com este PDM o pólo de Aveiro do Parque de Ciência Inovação vai poder ser licenciado e vai poder ser construído.

Por que é uma tristeza, ainda quando há dias, há poucos meses, decidimos que é preciso fazer mais um edifício (e o edifício obviamente tem de ser em Aveiro) não é possível, porque o nosso instrumento de gestão (o PUCA no caso), não o permite. Agora com o PDM quando entrar em vigor passa a permitir. E aquilo que lutamos tanto, há tantos anos, eu, além do mais como Presidente da Câmara de Ílhavo e como Presidente da Comunidade, pugnei para o PCI também esteja fisicamente município de Aveiro. Como Presidente da Câmara de Aveiro não o posso fazer até ao dia em que o PDM entrar em vigor. Quando ele entrar em vigor a partir desse dia podemos licenciar e pode a nossa empresa Parque de Ciência Inovação SA, poder dar esse importante passo para o PCI para a sua relação mais íntima, mais forte, com a Universidade de Aveiro, com o Campus da Universidade, onde há muito sítio para construir no Crasto, residências universitárias, haja orçamento do Estado disponibilizado à nossa Universidade para as nossas Universidades as poder fazer, como fez as que lá estão.

Só que estes governos socialistas vão passando e dinheirinho para fazer aquilo que outros deram para fazer, não há. Agora terreno temos e muito. Está lá à vista de toda a gente e bem perto do PCI, obviamente porque o Campus do PCI está no topo Sul do Campus da nossa Universidade.

Há uma nota que é também importante referenciar, naquilo que disse o Jorge Greno, que é esta opção do papel da ligação da estrada Aveiro/Águeda.

Aquilo que assumimos, vou repetir, é que os primeiros 8 quilómetros que é todo este traçado, este pedaço mais ou menos um terço do todo, que nos vai levar da rotunda nascente do Parque de Feiras e Exposições até ao nó de Oliveirinha na A17 e depois aquele troço até encontrar a estrada que faz a ligação de Eixo a Oliveirinha, nós assumimo-lo como nosso. Somos nós Câmara de Aveiro, que vai fazer o levantamento cadastral, o estudo prévio, o projeto, e pagar a obra.

Não vamos esperar pelos governos que dizem e que prometem e não fazem. E como a este nível começa a estar claro que este Governo quer fazer, acabou a conversa. Com este PDM nós assumimos esta responsabilidade com uma diferença. Nós vamos fazer.

E vamos continuar a luta como Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) para que se faça a outra parte, obviamente em cooperação com o município de Águeda se faça a outra parte viária. Mas este é um caminho diferente. Também fica possibilitado pelo que o novo PDM assume.

O Fernando Nogueira foi à pesca e encontrou uma malha larga! Eu devo dizer ao Fernando que a malha larga é fundamental para pescar o melhor bacalhau, para pescar o melhor atum, para pescar espécies que exigem malha larga. E portanto, na sua nova vocação de pescador, tem de facto algumas falhas técnicas porque há algumas espécies onde a malha larga é a malha que interessa para apanhar só os melhores.

Aquilo que se faz em Plano Director Municipal, no nosso e na esmagadora maioria dos Planos que estão em vigor em Portugal é, usando a sua terminologia pesqueira, a malha larga.

Teve uma tradição como sabe, que era depois ter uma malha fina para apanhar o peixe mais miúdo com Planos de Pormenor, com Planos de Urbanização. E isso está a acabar porque toda a gente sabe que esse instrumento não dá, não serve, não é ágil, é estagnado.

E portanto a opção que tomamos, que é a esmagadora tomada pelos municípios portugueses é esta, em que as grandes regras são definidas em PDM, com toda a clareza do mundo.

E aí está também a proteção do património natural, do património cultural, essas coisas que vocês disseram e que não tem sentido, de que agora vai cair tudo. Lá vai a cultura, lá vai o património, não tem pés nem cabeça nada disso.

Há de facto uma opção que a Câmara de Aveiro também seguiu sempre, apenas a destruiu com aquilo que eu disse na introdução e que não vou repetir por uma questão de tempo, com o PUCA que é um absurdo total. É um documento apenas normativo de cêrcea, não de lógica, não tem razão de ser. Encheu o município de estradas para fazer a vontade a toda a gente e não fez a vontade a ninguém porque não construiu nenhuma das que estavam previstas em 10 anos.

Portanto é esta a solução. E não adultere as minhas palavras Fernando. Eu não disse que a nossa REN é pobre. Não está dito e muito menos escrito. O que eu disse é que o resultado final desta nova REN é inferior à REN que tínhamos.

Nós quando partimos para este processo não queríamos mexer na REN. Tínhamos meia dúzia de alterações, E quando a CCDR nos disse vocês têm de fazer uma REN nova por causa da lei etc, nós explicámos num longo ofício, nós discordámos, discutimos com eles, mas obviamente que manda quem manda. E quem manda é a CCDR e nós contratámos o IDAD, que deve conhecer bem, porque é uma instituição intimamente ligada àquela onde trabalha, e foi o IDAD que nos fez a Carta da Reserva Ecológica Nacional.

É evidente, também para si, a Universidade é boa para umas coisas e é péssima para outras.

Portanto temos aqui um professor da Universidade, um funcionário da Universidade, que para umas coisas a Universidade é muito boa, mas para outras não serve. Mas olhem foi o IDAD que nos fez a REN. Mas é a vida. E a vida tem de facto de ser feita com coerência porque estas abordagens piscatórias do Fernando Nogueira não têm.

Eu queria dizer ao Simões, que com todo o respeito, que por dois camaradas seus de bancada não lhe posso responder à letra. Mas quero dizer com clareza que, é muito importante para a democracia, e para o serviço público que nós prestamos aqui, que o Senhor reúna com esses seus dois camaradas, para de uma vez por todas, este circo socialista sair de cima da mesa. O PDM Simões, resolve o problema do tal prédio parado há uma carrada de anos, e que uma Inspeção à Câmara mandou demolir.

Está aqui a solução no PDM. E a solução é o quê? É legitimar aqueles edifícios e poder criar condições para que a Câmara agora os licencie e o dono os acabe. Foi isto que nós fizemos. Apenas na vida Simões e o meu amigo já tem idade para ter experiências como esta que vou relatar, a nossa vontade não é feita sempre porque há outras vontades que também mandam.

E quando eu reuni com o dono, que além do mais litiga com a Câmara em Tribunal reivindicando uma choruda indemnização que ele considera justa e eu também, apenas depois temos uma diferença de opinião no valor da indemnização, e quando ele todo contente foi para a última reunião que tive com ele, a dizer tenho aqui uma solução, o novo PDM vai permitir que a sua construção não vá abaixo e seja legalizada. Ele respondeu: pois é Senhor Presidente, só que eu não estou interessado em acabar a obra. Explicou-me o racional financeiro. Aquilo tem um custo inimaginável porque hoje é preciso partir isto e partir aquilo e mudar etc, Senhor Presidente nem pensar! Muito obrigada por ter arranjado aí uma solução no PDM, mas olhe eu é que já não estou interessado naquele investimento. Quero a minha indemnização porque acho que tenho direito a ela. A advogada é a sua camarada Ana Maria Seiça Neves. E por esse motivo esta conversa fica aqui. Agora Simões, nós devemos ter cuidado com certos dossiers que a Câmara trata com elegância e com total elevação.

Segundo. Afinal o Partido Socialista é contra a ampliação do Hospital!? Ou é o Simões que é contra? O que eu sei e o que eu tenho ouvido, que eu tenho visto trabalhado é que o PS é a favor. Hoje o seu líder bancada é um Administrador do Centro Hospitalar do Baixo Vouga. Administração com quem trabalho quase todas as semanas a lutar para concretizar esse objetivo. O Simões hoje, falando do PS, veio dizer que o PS é contra!? Reúna lá com o seu camarada e decidam-se. Porque, repito, esta vida dupla dá muito jeito para a demagogia política que vocês acham que é muito interessante para vocês arranjam mais uns votos. Mas olhem, para a gestão da coisa pública e para interesse dos nossos cidadãos não interessa de certeza absoluta.

E deixem-me só dizer e vou falar pouco, porque este é um processo muito importante que não pode ser tratado com ligeireza. Primeiro recomendo-lhe uma reunião com o seu líder de bancada. Vamos esperar mais 25 anos por um Hospital novo? Porque é que ainda não o conseguimos fazer em 25 anos? Queremos continuar a ver o nosso Hospital a definhir. Acham muito bem que às 8 da noite quando lá chegamos para fazer uma ecografia tenhamos de que esperar pelas 9 da manhã do dia seguinte? Acham muito bem quando lá vamos com um cisco no olho às 11 da noite nos metam numa ambulância para ir para Coimbra? Achamos muito bem que uma criança ao jantar atravesse uma espinha na garganta e quando chega a Urgência nosso Hospital seja metida numa ambulância e vá para Coimbra? Simões tenhamos juízo.

Este processo de ampliação e de capacitação com um Centro Académico no nosso Hospital é fundamental para a nossa vida. E que corra bem. Estamos a lutar todos duro. Câmara, Administração do Centro Hospitalar, Universidade de Aveiro, Gestor de Fundos Comunitários e Governo, para cumprir este objetivo em 4 anos. Se o meu amigo é contra este objetivo e como diz, o Partido também, e querem ir para o outro, lhe garanto que nem em 25 anos.

Mas façamos um acordo. Vamos lutar todos juntos por este porque senão qualquer dia nem consultas de mudar um penso o nosso Hospital dá. Ainda por cima há interesses muito claros Simões. Abra os olhos. E o Partido Socialista também. Quando há uma pequena questão que funciona menos bem ou mal no nosso Hospital, que é uma coisa da vida, exemplo um pico na urgência, um acto qualquer médico que não correu bem, como o que ainda hoje enche de parangonas a comunicação social do país, lá estão os focos todos sobre o nosso Hospital. Sabe porquê Simões? Porque há muita gente que não gosta dele e que o quer fechar.

Gente da Medicina, gente da Gestão Pública, gente de outras terras que têm elefantes brancos e precisam de comida para os alimentar, percebeu. Portanto tenha juízo e ajude-nos nesta luta porque ela não está ganha. Está no bom caminho, mas não está ganha. Mas olhe para a realidade e depois informe dessa reunião os dois, que é para perceber se

estamos em linha e para avisar também toda a gente. ARS, a Ministra, a Secretária de Estado, toda essa malta toda que está a trabalhar e que eu acho de forma muito séria e muito empenhada no processo.

Há seriedade e empenho. E se há alguém com uma alta seriedade e empenho, é a actual Presidente do Centro Hospitalar do Baixo Vouga, Doutora Margarida França. Mulher de grande categoria e que está ali a dar duro na luta.

Mas agora, chegamos aqui e o PS da assembleia municipal, cujo cabeça de lista é Administrador, são contra!? Eh pá, desculpem lá. Decidam-se lá. Porque isto de facto não pode ser assim. Não pode mesmo. Porque se não é a própria credibilidade de todos nós que fica em causa.

Deixem lá o Zé Ribau Esteves, deixem lá o Simões. Somos nós. Nós comunidade eleita pelos nossos cidadãos. É bom ver o que é que andamos para aqui a fazer.

Querida dar também uma nota naquilo que disse a Presidente Ângela Almeida e a Catarina Barreto, que tem uma perspectiva muito importante, que é este conceito de município no seu conjunto. Este conceito de cidade nova, de cidade alargada. E o conceito que gosto muito referenciar das funções do território. Aliás estou a lutar na ANMP, o Congresso do próximo fim de semana vai ser muito rico a esse nível, que é este trauma dos territórios de baixa densidade, a desertificação, os cidadãos que não querem viver em certas zonas do país e querem vir para o litoral, enfim esta questão. E eu tenho dito sempre, nós temos de abordar isto de uma forma diferente.

Nenhum de nós manda nos cidadãos. Os cidadãos decidem onde querem viver. Era o que mais faltava. Isto não é o Bloco de Esquerda que quer que eu ponha um rácio para dizer quantos alojamentos é que a gente quer, quantos alojamentos de habitação, isto não é o Bloco de Esquerda. Não é aquele país da Albânia, da lua, porque na terra não há.

Portanto a questão aqui é nós procurarmos nestes instrumentos de planeamento e depois na gestão, nunca se esqueçam que há aqui matérias que não são do PDM, são da gestão do território. Que é a função do território. Ouça, ninguém é mais importante ou menos, mais digno ou menos, por viver no centro da cidade a olhar para a estátua do José Estevão ou viver por exemplo na nossa mais pequenina aldeia, seja São Jacinto ou Verba. Não tem nada a ver com isso.

Mas achamos que as "centralidades", enfim, chegamos a Horta ou Carcavelos e dizemos: Igreja já tem, Escola fechou há uma carrada de anos, e vamos lá fazer um Centro Comercial para atrair! Ouçam lá, deixemo-nos de conversa. Nós temos que olhar para o território e cuidar de ver as funções que o território tem que aportar ao todo do município. E obviamente depois olharmos para outros todos e para outras dimensões. A NUT3, a nossa NUT2, a nossa NUT1. Até porque já tivemos 14 freguesias hoje temos apenas 10. Não sei se amanhã vamos ter 20 ou vamos ter 5. E como alguém lembrou estamos num Plano Municipal. Estamos num Plano Director Municipal. Como sabeis não há planos diretores de freguesia. A freguesia em Portugal não é a unidade de planeamento. Podia ser, mas não é. A lógica num processo desta natureza, é esta lógica de olharmos para o todo e cuidarmos de ver as funções que cada parte do todo tem de contributo para o todo. E não procurar que a divisão por 14 ou por 10 dê a cada uma das partes uma coisa que parece o todo — a replicação para o todo. Não é assim.

E alguns dos aspectos vocês referenciaram bem, a mobilidade, que é no que respeita às redes de infraestruturas (que é chamada aqui) quer no que respeita a outros instrumentos, nomeadamente os transportes públicos (que não são coisa chamada aqui) obviamente cuida de propiciar mecanismos complementares para a gestão dessas funções diferenciadas que as diferentes parcelas do território prestam ao todo.

O Casimiro Calafate já está a antecipar a pressão sobre o Governo em relação às portagens no que respeita à nova via de cintura urbana a A25/A17.

Áquilo que vamos fazer com o Governo Casimiro, seja por força de iniciarmos, como iremos iniciar nos próximos dias, a interação com o Governo para tratarmos dos pendentes vários e que estão cadastrados no documento que aqui aprovámos na passada sexta-feira no nosso Plano e Orçamento, precisamente para dar-mos aquele tempo que achamos que o Governo deve ter para se acomodar ao início do exercício, ele tem essa justaposição da relação dos pendentes e com este novo instrumento de planeamento que nós temos na mão, irão ser essa força. Obviamente que, é o nosso PDM que tem aqui a poção mágica para pressionar o Governo para resolver esse problema? Claro que não. Mas que tem um conjunto de argumentos novos, claro que sim. E daí ser importante a esse nível, claro. Obviamente temos muitos outros argumentos. A substância da realidade é para mim o mais importante de todas. Mas há aqui, vai nascer aqui também, um instrumento que será útil, não sendo obviamente a poção mágica para resolver seja o que for.

Há uma nota aqui daquilo que disse o Filipe e que eu gostava de realçar, que é o tempo muito razoável. E o Filipe deu duas ou três notas de prazos e bem. Nós gastámos 4 anos, podíamos ter gasto (não quero ser exagerado) só três, se vários prazos tivessem sido usados pela Administração Central de forma mais eficiente. O tempo da nomeação das Entidades, o tempo para fechar a nossa proposta, a nossa negociação da Reserva Ecológica, houve vários aspetos que podiam ter tido uma resposta muito mais rápida. Mas não posso ser exagerado a dizer que podia ser para metade, para 2 anos, não. Não era possível. Mas com os constrangimentos da administração julgamos que este tempo foi um bom tempo e tem uma nota positiva. E aquilo que foi a mais seguramente que nos permitiu a todos mais reflexão, mais audição, mudar de opinião sobre alguns assuntos. Nós mudámos de opinião uma série de vezes ao longo deste processo. E, obviamente que aí o tal tempo entre aspas, a mais, enfim, ajuda a decidir. Portanto no somatório das virtudes e dos defeitos do tempo que consumimos, enfim, eu julgo que foi um tempo razoável, correto, sensato, que nos permitiu acomodar bem aquilo que entendemos ser uma boa proposta que é aquela que trazemos à Assembleia Municipal.

E dar nota que está muita gente à espera do novo Plano Diretor Municipal. Muita gente à espera. E gente, por exemplo, que tem uma humilde casa para reabilitar, que tem licença pendurada na câmara e o PUCA tem uma estrada em cima, daquelas centenas de estradas que o PUCA inventou. Se consultarem o PUCA são assim uns risquinhos tracejados e há uma série de pessoas (são tantas) que apanharam com o tracejado em cima.

E que nós com este PDM acabamos com muitas delas. Não acaba tudo. Porque de facto fomos analisar e isto não tem pés nem cabeça. Há muitas operações à espera.

Eu não vou sinceramente palpitar se tivemos muitas ou poucas participações. E então fazer comparações ridículas tipo, enfim, comparar alhos com bugalhos, município de Aveiro com o município não sei de quê, não tem qualquer sentido objetivo. Quer dizer, que a oposição tenha outra abordagem, enfim, é que de facto todo este tempo, os quatro anos formais de preparação deste documento, como eu disse e, como disse, o tempo que esteve para trás, falem com municípios nossos que passaram tormentas na Câmara por causa do PDM antes de nós chegarmos. Antes de este sair. Falem com as pessoas. Tormentas colocadas pelo PDM, tormentas colocadas pelo PUCA, por todos esses compromissos que vamos tentar arrumar direitinho.

Aliás, há uma cláusula no regulamento do PDM que cria um mecanismo de 2 anos para de uma vez por todas descontaminarmos o município desses protocolos.

Pusemo-la lá com grande delicadeza. Ela foi muito discutida com a Dr.ª Fernanda Oliveira, para procuramos que as pessoas que ainda tenham algum papel, de um compromisso, das duas uma, com este prazo de 2 anos ou se consegue tratá-la e dar-lhe corpo legal, eventualmente material, ou morreu e acabou a legalidade.

Se não, nós nunca mais descontaminamos este processo tão contaminado e que existe nos quatro cantos do município. Alguns com processos em Tribunal outros não.

Mas foi feito com muito diálogo, muito diálogo nosso com os cidadãos. Nós os eleitos, os técnicos da Câmara, e de facto eu não acho que o número é grande ou pequeno. Sinceramente não me ponho nessa contabilidade. Acho que o trabalho que fizemos ao longo destes anos todos, nos permite ter uma noção clara da abrangência, da integração, de termos uma noção correta também daqueles que foram decididos, não. Alguns, foram não, com clareza e com toda a consideração.

E é isto. E como dizia o Manuel Prior, são opções políticas claras, formais, desta maioria, que discutiu, que construiu de forma abrangente, ouvindo, sabendo que estamos contentes porque a esmagadora maioria das perspetivas tiveram vencimento, no complexo processo de negociação. Algumas não tiveram. Não há nenhuma que tenha sido uma que perdemos uma coisa muito importante. Não há nenhuma. Mas há algumas que nós gostávamos de não ter perdido e que eram importantes para um cidadão, para 10 cidadãos, para 30 cidadãos, sim. Sim há. Mas obviamente é um balanço muito positivo aquele que fazemos e este debate apenas deixa para mim, na análise que faço dele, o realce e essa positividade de balanço que esta proposta tem. Muito obrigado."

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP)⁰²³

Vogal Rita Batista (BE)⁰²⁴

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰²⁵

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰²⁶

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁷

"Muito obrigado. Muito brevemente. Em relação à municipalização da via que este Plano prevê, também mal era que assim não fosse, pois é das coisas mais evidentes. De facto este plano pode ser utilizado e bem nessa luta — estou com todos nessa luta. Devo dizer o seguinte. Eu já sugeri ao Dr. Élio na altura e o governo era do meu partido na mesma, por isso estou à vontade, que se devia como forma de protesto limitar a circulação numa via que é municipal, o trânsito a pesados. Era o suficiente para ser já o chico dos pipos. Evidentemente que isto não pode ser como forma decisiva. Mas como forma de protesto seria interessante. O Dr. Élio ficou de pensar e tal e não resolveu nada. Enfim, o meu governo também não e tinha obrigação de o fazer.

Devo dizer o seguinte. O Senhor Presidente teve tempo de dizer tudo e o seu contrário. O Senhor Presidente respondeu-me que havia 24 classificações e de facto cá estão no regulamento (não está em causa isso), mas os espaços centrais que era ao que eu me estava a referir, aos urbanos, espaços tipo1, tipo2, tipo3. E depois espaço habitacional tipo1, tipo2, tipo3. E daí a minha intervenção. Porque este PDM prevê para a Vila Jovem a mesma tipologia que prevê para a Beira-mar. E eu muito sinceramente acho que isto não faz sentido nenhum. E mais. Depois o Senhor Presidente dá uma tónica no seu discurso em que diz que as malhas agora não se usam tão apertadas.

Bem, eu confio que o senhor Presidente, porque disse aqui que era o presidente do município, onde as coisas cumprem a lei. Mas há este presidente de câmara e todos os outros dos 76 municípios da região centro. E remete-nos para que perguntemos informações à Senhora Directora, sim senhor estou nessa. Mas por muita capacidade que o Senhor Presidente tenha, eu quando faço a fiscalização aqui não posso fazê-la de cartabranca. Este PDM tem realmente uma malha muito larga e depois vai ter em cima uns estudos urbanísticos, mas esses estudos urbanísticos não são vinculativos Senhor Presidente. Não são.

O Senhor Presidente diz "ai isso agora já não se utiliza". Mas utiliza-se a regulamentação. E o PDM é também regulamentação.

O que eu acho que devia ter sido era ter havido mais regulamentação e não haver tanta discricionariedade no que seja a competência do Senhor Presidente da Câmara. Porque este documento vai ser no mínimo para 10 anos, mas pode ser para 25. E o Senhor Presidente já não vai cá estar e eu não sei quem é que vai cá estar. E, portanto, vamos ter que confiar depois na capacidade de avaliação dos projetos ponto a ponto no futuro.

Só uma última nota. Para lhe dizer uma coisa em relação à intervenção do Senhor Simões. O Senhor Presidente fez o seu brilharete político com habilidade, mas a intervenção do Senhor Simões não foi nesse tempo. Foi uma intervenção pessoal que não tem a ver com a ampliação do hospital, e que evidentemente mo PS é a favor da ampliação. E era uma loucura se não o fosse. Na perspectiva do Senhor Simões devia-se reservar simultaneamente aquele espaço para os próximos 10/25 anos. É a opinião pessoal do membro desta bancada. É evidente que a posição oficial do PS só pode ser uma. Era o que faltava se assim não fosse. Disse."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰²⁸

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰²⁹

(Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Miguel da Rocha Gonçalves)

Presidente da Assembleia⁰³⁰

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³¹

"Só para dizer uma coisa ao Pires da Rosa e dizer a toda a gente. Não digam asneiras e cuidado com a ignorância. Vou explicar Pires da Rosa. A tipologia de construção da Vila Jovem não tem nada a ver com a Beira-Mar. Cuidado. O Senhor Dr. é um homem do Direito. É um homem sério. O que disse aqui é um disparate absoluto.

Cuidado com essas leituras lineares ignorantes. Cuidado. É só chamar à atenção que é para si e é para todos. Porque não tem nada a ver. Não tem nada a ver. É um erro crasso.

Quero agradecer a todos mais este contributo, depois de tanto trabalho, de tanta gente, obviamente com cumprimento muito especial à equipa técnica da Câmara, às nossas duas técnicas que lideraram este processo. Agradecer a tantas dezenas de funcionários diretamente envolvidos neste processo. Agradecer a todas as entidades envolvidas com especial referência à CCDRC. Agradecer aos cidadãos e a toda a gente que deu atenção e que contribuiu. Agradecer obviamente aos colegas autarcas que participaram como muito bem entenderam. Todos com total liberdade. Todos com uma recepção da nossa parte da maior respeitabilidade. E como nota dizer que temos de facto uma boa proposta que merece a aprovação da Assembleia Municipal, para amanhã mesmo seguir para publicação no Diário da República e pelos primeiros dias de Dezembro, passar a ser lei do país. Muito obrigado."

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³² o Ponto 1 – Apreciação e votação da Revisão do Plano Diretor Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte um votos a favor (PSD14+CDS6+PS1), duas abstenções (PS1+PAN1), e dez votos contra (PS7+BE2+PCP1).

(Absteve-se o Presidente de Junta Eixo/Eirol e votou a favor o Presidente de Junta São Jacinto)

Seguiu-se as declarações de voto:

Vogal Rita Batista (BE)⁰³³

" Senhor Presidente, para fazer da minha primeira intervenção a minha declaração de voto."

Vogal Ana Valente (PCP)⁰³⁴

"Senhor Presidente, para fazer da minha primeira intervenção a declaração de voto."

Vogal Fernando Nogueira (PS)⁰³⁵

"A minha primeira intervenção como declaração de voto."

Ponto 2 – Apreciação e votação da Revisão da Carta Educativa do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião extraordinária pública, realizada em 20/11/2019, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra Presidente da Câmara⁰³⁶ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁷

"Muito obrigado. Esta Carta Educativa que trazemos à Assembleia, tem a ver em primeiro lugar com o método de construção absolutamente original, na medida em que do trabalho que vamos desenvolvendo no seio do Conselho Municipal de Educação, decidimos que o processo tinha uma matriz de desenvolvimento com base numa caracterização inicial, em que se que cadastraram e se consensualizaram dentro da Comissão aquelas que eram as questões difíceis que era preciso, enfim, debater, refletir, aprofundar, etc.

Portanto é uma originalidade de um processo desta natureza que esta versão das 8 versões, digamos, oito mais uma, porque esta é mais uma, que foram o concelho, a primeira versão tem a matéria que consensualizamos e a matéria que estava cadastrada como problemática, com o desenho de alternativas para solucionar aquele problema que definimos no quadro da reestruturação do parque escolar do nosso município.

E tínhamos situações em Aradas, em Esgueira, em Eixo, e em Oliveirinha.

Foi esse exercício de partida com um pré documento que era mesmo uma abordagem introdutória ao primeiro documento em que se fez essa definição, com total pormenor, e com total abertura.

Nada de mais claro abrangente e envolvente, para um ponto de partida de um processo que, obviamente é liderado pela Câmara, não há dúvida nenhuma, mas que o quisemos desde a nascença, fosse um processo da comunidade educativa representada como é representada no Conselho Municipal de Educação.

Obviamente, com um gosto grande e um abraço de elogio e de agradecimento a todos os membros, que de forma muito empenhada, muitíssimo empenhada e activa, participaram nas 13 reuniões do Conselho Municipal de Educação que fizemos com esta matéria na agenda.

Depois seguimos com o processo nessas 13 reuniões, com essas 8 versões. Tivemos o espaço de interação presencial com os Conselhos Gerais dos nossos 7 agrupamentos, com momentos de grande riqueza, de explicação, de recolha de contributos sobre as questões em

aberto, e obviamente de outras perspetivas que foram surgindo no debate, obviamente, algumas delas diferente das opções de base que estavam tomadas na proposta base da Carta Educativa. Fizemos também um debate público chamemos-lhe informal no final de 2018, precisamente para abrir a toda a gente essa participação, sabendo que obviamente, o contexto do Conselho Municipal de Educação e dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos, já ele próprio muito representativo, porque obviamente lá estão diretores, funcionários, professores, os educadores, pais, representantes da comunidade, portanto, o espectro de representatividade da comunidade no seio dos Conselhos Gerais é muito rico.

Mas mesmo assim, fizemos esse trabalho com toda a abertura e com ganhos objetivos para este processo.

Obviamente que, por tudo isso, o parecer final do Conselho Municipal de Educação é um parecer positivo, construído também entre todos, teve apenas duas abstenções. Uma óbvia e sensata que é o representante do Ministério da Educação, que foi dos membros do Conselho o mais elogioso para a proposta, mas que obviamente e muito bem, lembrou que era o representante do Ministério da Educação que é a entidade que pratica o último acto administrativo da Carta, que é a homologação do Ministério da Educação e, portanto, deixando claro a sua posição e o seu elogio ao trabalho e ao resultado final, obviamente, reservou bem a sua posição do Ministério de ter que homologar a Carta com uma abstenção. Portanto este parecer e um parecer muito claro, muito forte, muito expressivo, naquilo que assume como uma proposta com qualidade, aquela que hoje trazemos a nossa Assembleia Municipal.

Os eixos principais de proposta de revisão da Carta Educativa, que trazemos à Assembleia, tem um primeiro que sempre lhe damos mais importância, sempre encerra mais as atenções, como é natural e normal, que lhe chamamos reorganizar, racionalizar e reabilitar. Na prática tem a ver com as operações de qualificação, estruturação, e nalguns casos de ampliação parque escolar. Portanto aquilo que é a abordagem ao edificado. Sabendo que o pressuposto primeiro é o de reabilitação e qualificação, como é evidente. Não podia ser de outra maneira. Mas obviamente também está na versão final alguns episódios novos, que se assumiram neste quadro. Portanto há um conjunto que na ponta final da minha intervenção me referenciarei a elas.

Depois eixo 2. Combate ao insucesso e abandono escolar. Obviamente tem que ser sempre uma prioridade nestas matérias.

Eixo 3. Construir Plano Estratégico Educativo Municipal. Que é uma peça nova que a lei definiu e que já estamos em pleno desenvolvimento e, portanto, ele vai enraizar-se na componente estratégica da carta, mas obviamente vai desenvolvê-la muito pormenor, como não podia deixar de ser.

Estaremos no 1º mês do ano próximo a fazer a 1ª reunião do Conselho Municipal de Educação com a 1ª versão, também no mesmo formato muito aberto, do Plano Estratégico Educativo.

Eixo 4. Que é a criação de uma base de dados municipal relativo à educação, também ancorado no Observatório estamos a criar na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, no quadro do projeto EDUC@RA. Precisamente, porque muitas vezes nestas matérias e em tantas outras, temos muitas impressões, temos a informação sobre várias matérias, mas, de facto, não há um trabalho de sistematização, de tratamento, e todos nós sentimos necessidade dessa ferramenta que objetivamente não existe. E, portanto, entendemos isso como um eixo importante nesta na Carta.

Em relação ao tal Eixo 1 que sempre tem uma atenção maior de todos nós, enfim, deixar a nota que o que fizemos foi fazer uma divisão em 3 fases.

Sabendo que na 1ª fase, da 1ª fase, os 8 objetivos definidos estão 2 em obra, 2 em fase final de projeto, 3 em desenvolvimento a meio caminho de projeto, e 1 em fase inicial do projeto.

Portanto claramente uma aposta forte para que até final de 2021 todo o pacote esteja pronto. A 2ª fase, que tem 4 objetivos definidos, com perspectiva de conclusão até final de 2022. Estamos a ultimar os termos de referência para lançar os concursos para a escolha do projetista e seguimos para projeto. E uma 3ª fase com 5 objetivos, com data referenciada para a sua conclusão em 2023.

É bom também chamar a atenção, obviamente para a participação no puzzle total deste processo, de outros instrumentos. Nomeadamente o PAEMA. O nosso programa de ação educativa que obviamente trata de um conjunto vasto de pormenores, com uma leitura de ano letivo a ano lectivo. A descentralização, obviamente uma nota e um espaço que está referenciado forma expressa no nosso documento, deste caminho novo, que esperamos começar a trilhar exatamente no próximo ano 2020, que são as nossas competências novas que assumiremos pela descentralização em curso.

E já referenciei há pouco o tal Plano Estratégico Educativo, que é uma peça muito importante no quadro legal novo, que o país tem e bem. Porque obviamente achamos que é um instrumento útil nesta relação diferenciada, deste conjunto de instrumentos.

E dar nota apenas que nesta fase de participação formal, enfim, não tivemos participação relevantes. Houve só uma participação do Partido Socialista, mas era conhecida.

No fundo foi uma participação que o Partido Socialista já tinha tomado, uma participação política que a transformou em participação formal. Mas não houve mais nada.

Portanto, julgamos que isso é sinal sem dúvida do processo muito intenso, muito aberto e estamos também satisfeitos por trazer à Assembleia Municipal uma boa proposta de nova Carta Educativa para o município de Aveiro. Muito obrigado."

(Entretanto reentrou na sala o vogal Jorge Miguel da Rocha Gonçalves)

Membros da Assembleia

Vogal Ana Valente (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [039](#)

"Antes de mais valorizar esta revisão que é necessária para dar resposta a novas realidades na Educação a novas realidades no novo Conselho e era necessária. No entanto não podemos deixar de notar dois grandes pontos que consideramos essenciais. O primeiro a existência dos mega agrupamentos, que é uma coisa que não aconteceu hoje, mas que evidentemente degrada as condições da escola pública. Há escolas em Aveiro onde há um funcionário para dar resposta a várias funções que são obviamente incompatíveis entre si e não ajuda nada a qualidade do ensino.

A segunda é um ponto que o Senhor Presidente até falou agora, que é de facto a transferência de competências.

Consideramos que esta transferência de competências não vem acoplada do envelope financeiro necessário para a sua boa execução e que por isso mesmo irá certamente agravar os problemas que já existem na Educação, além de estimular o que é a desresponsabilização do Estado central por esta área tão importante, passando para a Câmara Municipal esta responsabilidade sei-lhe dar o devido poder económico para conseguir responder a uma série de questões. Consideramos que isso naturalmente vai apenas contribuir para a deterioração da escola pública gratuita de qualidade que defendemos e, por isso, não poderemos acompanhar esta proposta."

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [040](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Em 1º lugar gostaríamos de salientar aquilo que, do nosso ponto de vista, é um ponto positivo, que é a requalificação de alguns equipamentos da

rede escolar pública. Esta era uma dívida que o município tinha para com a comunidade escolar e, portanto, queremos deixar essa marca.

Outro ponto positivo que também queremos salientar, tem a ver com o encerramento da Escola Básica da Quinta do Simão, que nos termos reprováveis em que existia, funcionava em termos práticos como um gueto social. E nós consideramos que focos de exclusão social e étnico racial, não podemos admitir que estas situações se perpetuam no município e, portanto, também queremos salientar este como um ponto positivo.

No entanto o Bloco de Esquerda quer garantias. E isto aqui serve para todas as situações onde se vão fechar equipamentos escolares, que vai haver uma resposta adequada a nível de transportes públicos.

Porque nós não podemos colocar a reorganização administrativa do parque escolar e fazer isso à custa dos alunos e, portanto, nós consideramos que essa rede de transportes coletivos tem que ser acautelada e o documento que estamos aqui a discutir é bastante omissivo em relação a esse ponto e simplesmente faz declarações condicionais de "se for preciso, será criado" pois bem, nós consideramos que é preciso e que têm que ser criado.

E, portanto, uma das primeiras perguntas que fazemos ao Senhor Presidente é por que é que não está explanado neste documento, essa previsão de revisão dos transportes coletivos.

O segundo ponto, nós queríamos frisar, tem a ver com aquilo que nós na altura considerámos, que era uma marca ideológica em que estava esplanada nas primeiras versões no documento, que se prendia com esta defesa que o município fazia, ou melhor que o executivo municipal fazia, de ideias e princípios como a liberdade de escolha, complementaridade entre o privado e o público, que na nossa opinião eram apenas a apologia do financiamento das escolas privadas. E reparamos que essas referências não estão nesta actual versão do documento e, portanto, nós queremos saber por que é que houve esse recuo da parte do município e também, se é um recuo efectivo ou se é simplesmente uma omissão porque se trata de um ponto bastante impopular na sociedade portuguesa.

Em terceiro lugar, queremos também abordar a questão da reorganização dos agrupamentos. Que como está explanado neste documento vai na prática criar mega agrupamentos. Uma das consequências dos mega agrupamentos, como nós sabemos, foi a diminuição drástica dos rácios entre o pessoal não docente e os alunos. Ou seja começou a haver menos funcionários, menos pessoal técnico, menos pessoal administrativo e operacional, para mais alunos. E, obviamente, isso tem consequências no trabalho da escola pública e no serviço de educação, que a escola pública presta. E se nós queremos uma escola pública universal e que responda às necessidades, nós temos que ter uma escola pública dotada de meios técnicos e operacionais para o fazer. E, portanto, nós queremos saber porque isso também é uma missão no documento, porque é que não está explanado no documento um plano, por exemplo, para aumentar os rácios entre pessoal não docente e alunos.

Em quarto lugar, queremos também salientar a questão das refeições escolares, que mais uma vez é um ponto omissivo na Carta a Educativa. Actualmente uma das críticas dos encarregados de educação prende-se precisamente com a falta de qualidade das refeições escolares servidas aos alunos, devido ao péssimo serviço prestado pelas empresas de catering. Basta ver o exemplo recente da Escola das Barrocas.

Tendo em conta que este documento prevê a construção de uma nova escola em N. S.^a Fátima, que garantias é que o Senhor Presidente dá de que equipamento vai estar equipado, vai estar munido de infraestruturas que possibilitem a confeção de refeições na hora, em que utilizam produtos locais da agricultura local, para que este equipamento possa

alimentar os alunos de forma adequada e de forma saudável. E se não vai estar munido queremos saber porquê?

O quinto ponto prende-se com a gestão curricular. Com o processo de descentralização os municípios ganharam uma autonomia nestas competências da gestão curricular. Apesar de nós não acompanharmos esta opção da descentralização, não nos deixa de suscitar, por uma questão de transparência, a ausência da componente da gestão curricular neste documento. Este documento é particularmente omissivo em relação à gestão curricular, e nós vemos isso com bastante preocupação, principalmente, tendo em conta que o município assumiu para si a descentralização da componente da Educação. E, portanto, nós queremos saber porque é que está ausente e achamos que é uma questão de transparência elementar. O sexto ponto que nós queríamos salientar e achamos que este é o ponto mais crítico neste documento, tem a ver com a educação pré-escolar.

O quadro retratado por este documento é de total desresponsabilização do Estado e da escola pública na previsão deste serviço. Em números de jardins-de-infância públicos estamos abaixo da média nacional e da média da Região Centro. E isto é um reflexo da desistência do serviço público. Isto nós não o podemos aceitar.

E o que é que a Carta Educativa que está aqui um debate prevê? Prevê a redução da capacidade de resposta dos actuais equipamentos públicos no pré-escolar. Isto é um reforço da visão da escola pública que não deve complementar a todos e que cabe aos privados substituírem essa função. E nós não acompanhamos estas opções da Câmara Municipal.

E por último um ponto que nós queremos também trazer aqui a debate tem a ver com as creches públicas. Esta é outra omissão neste documento.

Sei que o Senhor Presidente vai dizer que não é uma competência do município, mas isso não é verdade. Porque existem exemplos noutros municípios que assumem para si essas competências. E, portanto, é um serviço público que deve existir e que devia existir em Aveiro. Porque atualmente a resposta é zero. Não existe rede pública de creches e nós consideramos isto inaceitável. Estamos a falar dum serviço que cobre uma fase crucial no desenvolvimento da criança e que também é uma factura muito pesada no orçamento das famílias. E, portanto, não é aceitável que o município se demita destas responsabilidades e, portanto, nós também queremos saber porquê existe esta omissão às creches públicas. Muito obrigado."

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [041](#)

Muito obrigado Senhor Presidente. E eu não usei a figura da defesa da honra no ponto anterior porque não fui ofendido pelo Dr. Fernando Nogueira, mas queria deixar aqui um esclarecimento. O CDS integrou uma coligação com o PSD e essa coligação termina no dia das eleições como sabem. Mas está com esta coligação. Logo temos as nossas reuniões onde discutimos abertamente os assuntos, onde apresentamos as nossas propostas, mas enquanto está aliança se mantiver, naturalmente que na Câmara ou na Assembleia a palavra é unanime e o voto é comum. Não é nenhuma geringonça onde uns votam orçamentos e depois vêm dizer que falta lá não sei o quê. Andamos anos com isto e provavelmente vamos andar mais. Mas nós assumimos e assumimos até ao fim aquilo que assinámos e aquilo que fazemos. Penso que fica clara da parte do CDS a nossa posição. Se por acaso houver desentendimentos passaremos a assumir outra posição. Não é o caso e portanto continuamos.

Relativamente à Carta Educativa. Tal como a revisão do PDM que acabámos de aprovar, também a carta educativa é um documento que traduz o futuro e o desenvolvimento da comunidade educativa do município de Aveiro.

Mais uma vez cumpre-nos destacar o trabalho dos técnicos da Câmara Municipal que o elaboraram e a votação expressiva que a Carta Educativa teve no âmbito do Conselho Municipal de Educação, órgão abrangente e cujos elementos conhecerão melhor que ninguém a realidade actual e saberão aquilo que anseiam para o futuro.

Não nos parece que seja necessário alongar esta nossa intervenção, pois a conclusão do parecer do Conselho Municipal de Educação é mais que suficiente para compreender a clareza da Carta Educativa, e por isso passo a citar essa mesma conclusão.

“Consideramos que a Carta Educativa do Município de Aveiro assenta num diagnóstico bem elaborado e participado por todos os parceiros, definindo eixos de orientação bem estruturados com metas realistas e ambiciosas. A sua elaboração foi devidamente acompanhada pelo Conselho Municipal de Educação, tendo o debate sido alargado a toda a comunidade em vários momentos, culminando numa fase de consulta pública na qual foram considerados alguns contributos dados. Assim sendo, consideramos cabalmente fundamentado este parecer no sentido da sua aprovação” fim de citação.

Face a estas considerações é natural que o CDS vote favoravelmente a revisão da Carta Educativa do Município de Aveiro. Disse.”

Vogal Carlos Morgado (PS)⁰⁴²

Vogal Marília Martins (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁴³

"Muito boa noite a todos. Obrigada Senhor Presidente. Eu gostava de começar por realçar de facto a importância da revisão da carta educativa. É, sem dúvida, um documento extremamente importante e trabalhoso. Sei bem dar o valor e imagino o trabalho que quem o construiu teve e, portanto, é uma palavra de valorização em primeira instância. Depois gostaria, obviamente, de destacar e de dar aqui alguma relevância a um aspeto que me é particularmente caro (penso que é do conhecimento geral de todos a área em que trabalho) e que tem a ver com a questão do ponto relativo aos apoios à escolarização e a educação inclusiva (ponto 14).

E tal como diz aqui a fundamentação, e nesse aspeto está bem enquadrado no texto, quando se refere que um dos grandes desafios que se coloca às comunidades é conseguir a integração plena da diferença no sistema escolar, numa lógica de acolher todos os alunos com equidade, sendo para isso consideradas as necessidades diversificadas dos alunos, no sentido de terem direitos iguais, e isto está tudo de facto devidamente explicitado no documento. Depois fala da questão dos instrumentos criados, no que diz respeito à Educação inclusiva — e aqui e bem, refere-se aos recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, falando das escolas de referência e dos centros de recursos.

E reportando-me ao Decreto-Lei 54/2018, este refere, tal como no ponto 14, as várias escolas de referência, nomeadamente no domínio da visão, para a educação bilingue e para a intervenção precoce na infância, que fazem bem este trabalho. E atenção eu gostava aqui de frisar que fazem este trabalho bem, porque de facto são realidades que eu conheço e considero que o que está aqui destacado, está correctíssimo. Fala-se ainda do centro de apoio à aprendizagem e dos centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial, assim como da questão dos produtos de apoio.

Mas depois no texto não há uma abordagem acerca dos centros de recursos para a inclusão, que são os CRI.

E para quem não conhece os CRI, isto deixa-me admirada e até um bocadinho triste. Triste por não aparecer com destaque e com a relevância que merece. São serviços especializados existentes na comunidade, acreditados pelo Ministério da Educação, que apoiam e intensificam a capacidade da escola, na promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

Isto está salvaguardado na lei 54/2018. Há um CRI a funcionar no Município de Aveiro há quatro anos, devidamente acreditado e não tenho qualquer problema obviamente em dizê-lo, pois de facto está ligado à CERCIÁV, mas podia ser de outra instituição qualquer. Este CRI desenvolve uma metodologia de planeamento centrado no aluno, que tem em conta as necessidades e as motivações de todos os alunos com necessidades educativas especiais e (sei que o Senhor Presidente sabe isso) que trabalha em todos os agrupamentos aqui referidos - Aveiro, Rio Novo do Príncipe, Eixo, Esgueira, José Estêvão, Mário Sacramento e Oliveirinha.

Existe um trabalho referenciado por este CRI, que trabalha junto dos alunos, na área da Psicologia, Psicomotricidade, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional. Há uma equipa de técnicos que, apesar de estar dependente (para quem não está tão dentro disto) de uma entidade, de uma instituição, trabalha integralmente, inteiramente, nas escolas, como o Senhor Presidente sabe bem. Os Técnicos do CRI trabalham com os alunos na intervenção direta, fazem aconselhamento às famílias, fazem trabalho com o corpo docente e com os assistentes operacionais, inclusivamente também a dar formação e aconselhamento e trabalham com as comunidades locais, noutra patamar que vem a seguir, que é o patamar da transição para a vida pós-escolar. Ou seja, há um trabalho que é feito para estes alunos que não conseguiram obviamente prosseguir estudos superiores ou mesmo profissionalizantes e que são colocados em experiências no mundo do trabalho. Portanto, estas equipas ajudam a promover esta integração, que até pode ser feita na própria escola, em instituições e outros locais no mercado normal trabalho, preparando a sua vida para a ocupação e para a atividade laboral.

E tal como é referido aqui e muito bem, o que eu corroboro sem dúvida, o destaque das escolas de referência, do meu ponto de vista penso que falhou, aqui também, o destaque ao Centro de Recursos para a Inclusão de Aveiro. O CRI a intervir há 4 anos no município de Aveiro tem trabalhado em parceria com as escolas de referência. E, portanto, são responsáveis também pelo sucesso da Educação Inclusiva no Município. E não sou eu que o digo, são as próprias escolas, que fundamentam que não conseguem responder às necessidades especiais dos alunos, sem estes recursos especializados, que são facilitados por esta equipa do CRI, formada por vários técnicos das várias áreas de especialidade que já referi. E isto é especialmente importante quando falamos de alunos com problemáticas do foro intelectual, que não têm capacidade de prosseguir os estudos, sendo que estas equipas trabalham com eles com recurso a terapias específicas, adaptadas aos alunos, especialmente quando se trata de limitações acrescidas, tal como a multideficiência, ou a situação de alunos com o espectro do autismo. Todos os anos, no arranque do ano letivo, há um Plano de Ação que é definido e eu tive o privilégio - posso dizer privilégio, porque considero que se trata de um trabalho muito meritório das escolas a este nível, de articulação com os CRI - de estar em todas as reuniões dos agrupamentos a preparar o ano letivo 2018/2019.

Por acaso tenho pena de não estar cá hoje a deputada Glória Leite, ela com certeza que confirmava de facto este trabalho, que tivemos também na escola a que pertence. Portanto, este trabalho no âmbito do CRI é muito importante para o ponto da Educação Inclusiva na Carta Educativa, por isso, do meu ponto de vista e da bancada do PS, o documento devia refletir com clareza esta sinergia. Considero que é aquilo que que falha aqui nesta parte. Porque de facto, sem este apoio destas equipas, destes técnicos, e apesar de todo o trabalho de investimento que os docentes de ensino especial fazem nas escolas e bem e dos assistentes operacionais que estão no terreno diariamente com estes alunos com dificuldades, falta aqui realmente uma referência a toda esta parte do trabalho dos CRI. Portanto, do meu ponto de vista, acho que o documento está muito incompleto a esse nível, nesta parte específica do ponto 14.1.

Por outro lado, também há um aspeto que tem a ver com os materiais e com equipamentos específicos, o qual não é muito referenciado aqui. E, apesar das nossas escolas terem de integrar alunos com necessidades educativas especiais até aos 18 anos da escolaridade obrigatória, não estão ainda preparadas de facto para responder a muitas das necessidades desses alunos com limitações. E há questões logísticas que ainda falham, o que acaba por ser uma responsabilidade de todos nós, agentes da comunidade. E a este nível o CRI também ajuda a encontrar materiais específicos e a fazer adaptações, para poder apoiar e integrar estes alunos nas escolas, até à idade obrigatória de escolaridade e depois facilitar a sua transição para a vida ativa, de acordo com as suas competências e necessidades. Portanto, considero estes aspetos estruturais e de tal modo importantes, que deveriam estar aqui realçados no documento.

Em jeito de conclusão sobre este ponto, que considero de muita relevância, no âmbito de uma Carta Educativa, que se quer verdadeiramente inclusiva, para todos e não só para estes alunos com necessidades especiais, e até conhecendo a abertura e a sensibilidade que o Senhor Presidente tem demonstrado para com estas causas e para com esta matéria, esperava mais projeção de tudo o que realmente está a ser feito ao nível da Educação Inclusiva em Aveiro. E era esta pequena nota que eu gostava de deixar como contributo. Obrigada."

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [044](#)

"Senhor Presidente, eu iria falar do 1.º eixo da reorganização e da reabilitação. É claro que esta requalificação é necessária, nomeadamente falo da Freguesia de Santa Joana, que é aquela à qual estou mais ligada, É claro que o Solposto e os Areais vão ser requalificados e bem. Mas a Escola da Presa irá fechar como já era notícia há muito tempo. E eu gostaria só de questionar se essa escola já têm destino ou se a vão usar a nível pedagógico para outras valências. Não funcionar como escola nas como apoia ou assim, ou se tem outro destino para esse edifício.

Outra questão que não é uma questão é uma preocupação. Tem a ver com o 2º eixo, que é o combate ao insucesso escolar e ao abandono escolar. Alguns alunos quando se encontram em risco de abandono escolar são canalizados para o ensino profissional ou até mesmo para o vocacional. E falo disto porque tenho experiência e em dar aulas a este tipo de alunos, e constatei que só há uma resposta educativa neste sentido, que é a da EPA, que tem 293 alunos, teve em 2018/2019, e muitas vezes é a única saída para alunos que têm muitos problemas a nível social e até de consumo de drogas, e às vezes é a única possibilidade que têm. Daí o problema é que muitas vezes se juntam 27 alunos numa só turma, alguns deles desmotivados, e é preciso um trabalho muito individual e currículos até alternativos, quase individuais. Mas que no fundo aqueles alunos merecem todo o trabalho que é ali desenvolvido.

Também, por isso mesmo, reparei que a média da idade dos alunos dos cursos profissionais, porque estes alunos passam dois anos nos CEF tipo 2 e depois é que transitam para o profissional, daí a média de idades ser mais elevada. Estes alunos, portanto, estão nos CEF tipo 2, para fazer o 9º ano e para depois poderem integrar um curso profissional e muitas vezes temos alunos com 18/19 anos a fazer ainda o 9º ano. Mas que se não fosse esta resposta não o poderiam fazer em lado nenhum.

Portanto queria chamar a atenção para este problema do risco de abandono escolar e do abandono escolar, porque se não conseguirem sucesso neste tipo de curso depois não terão resposta educacional. Bem, depois já têm mais de 18 anos podem sempre recorrer ao Qualifica, terem um trabalho e depois fazer este tipo de cursos. E é essa essa a preocupação que queria sublinhar."

Vogal Jorge Gonçalves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [045](#)

"Senhor Presidente, de forma muito sintética. Nós congratulamo-nos com as primeiras 120 e tal páginas do documento que fazem um diagnóstico positivo. Fazem um diagnóstico positivo no seu enquadramento histórico, socioeconómico, demográfico e geográfico. Contextualizaram bem a questão. Nós congratulamo-nos com isso. Naturalmente, que tendo em conta a circunstância de ter havido um fortalecimento, a manutenção e o fortalecimento dos agrupamentos é digno de registo. Consideramos todos que deve haver uma preocupação de cimentar estes agrupamentos, mas é indispensável que se considere que a gestão tem que ser equilibrada, tem que haver equidade entre todos os agrupamentos ao nível de oferta de educativa, o que respeita às fontes de recrutamento e no que diz respeito às condições físicas dos edifícios escolares e, por isso, Senhor Presidente é absolutamente indispensável que haja uma definição acerca desta questão. Já mais que uma vez falei consigo sobre isto. Que seja apetrechada a escola sede do agrupamento com meios estruturais que coloquem as instalações dignas ao lado das outras escolas sede dos outros agrupamentos.

Por outro lado, há uma preocupação que é a seguinte: consideramos que este documento e tendo havido alterações profundas nas redes escolares com o aparecimento de agrupamentos verticais, devia-se ter feito um balanço e o estudo e do resultado da constituição do funcionamento destes agrupamentos verticais. Estamos convencidos que os hiper agrupamentos não são a melhor forma de ensinar. A melhor forma de ter um melhor ambiente de estudo.

Finalmente, já que tenho tão pouco tempo, gostaria de focar um paradoxo, aquilo que nós consideramos que é um paradoxo. Há uns meses nesta casa tivemos uma discussão acerca da perspectiva descentralizadora em termos administrativos. Ora, esta perspectiva descentralizadora que foi aceite por este município, parece-me ser algo paradoxal em relação à densificação das centralidades que se nota nesta Carta Educativa, privilegiando cada vez mais agrupamentos verticais com uma inevitável concentração de poderes e diminuição do número de agrupamentos.

E uma componente orgânica e funcional, fundamental, para a sua eficácia é necessário encontrar. Está presente uma ausência de desígnio descentralizador, bem ao contrário, está presente um desígnio centralizador, uma assumida e crescente vontade descentralizadora ao nível dos agrupamentos verticais.

Senhor Presidente, apesar das dinâmicas demográficas (eu sei que este é o argumento) apesar das dinâmicas demográficas atuais responderem a aumento do número de habitantes e de alunos que residem no centro da cidade, na nossa opinião o futuro deve corresponder uma tendência diferente. Precisamente uma tendência descentralizadora. Tendência essa que não está plasmada nesta Carta Educativa.

E, naturalmente, que por exemplo em termos práticos, vai-se verificar que esta atractividade pelo centro, irá sobrecarregar ainda mais, como por exemplo a Escola EB2/3 João Afonso, que está completamente sobrelotada. Disse."

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) [046](#)

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) [047](#)

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [048](#)

"Muito obrigado Senhor Presidente. Vou ser muito telegráfico. Só para que, à semelhança do ponto anterior, este também é um documento estratégico da maior importância, certamente não terá sido tão denso e tão complexo do ponto de vista da sua discussão e revisão, mas que reúne também um consenso muito grande de toda a comunidade educativa.

E de facto importa num processo desta natureza e realço esse aspecto, as duas abstenções neste processo, eu acho isto muito relevante.

E apenas para dizer que acho que esta área da educação é sempre uma área muito ingrata. Porquê? Porque é uma área em que toda a gente normalmente gosta de opinar. Pela razão simples de que todos nós passamos pelo processo de educação, embora, devemos todos ter a humildade de reconhecer que não somos especialistas da matéria pela simples razão de termos passado por um percurso académico.

E, portanto, dizer somente isto. A nossa bancada achará muito difícil uma justificação de um voto contra nesta revisão desta Carta Educativa. É difícil de explicar quando aqueles que, de facto, têm propriedade, mais propriedade na discussão destas matérias, concordam e votaram a favor. Ressalvo que até compreenderia nalguns casos, como por exemplo a posição da deputada Marília, de que pela eventual omissão de alguma, neste caso de educação inclusiva, isto possa dar azo a uma abstenção. Agora a um voto contra, para mim e para a nossa bancada é de todo incompreensível. Muito obrigado."

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [049](#)

"Neste ponto estamos aqui para a apreciação e votação da revisão da carta educativa do município de Aveiro. foi-nos fornecido o documento e a acta da reunião de câmara. Analisando os dois documentos e a participação pública, a carta educativa é um documento trabalhado em sede do Conselho Municipal de Educação. A maior abertura do executivo á participação pública e a quem mais próximo está do problema e além de mais próximo mais capacitado para opinar sobre este documento.

Em sede desta comissão municipal o documento final foi aprovado sem nenhum voto contra. Repito, sem nenhum voto contra.

Vem agora o Partido Socialista, segundo a acta da reunião de Câmara, manifestar-se contra o documento da carta educativa!? Manifestaram-se contra a Comissão Municipal de Educação, votaram contra a opinião dos professores, a opinião dos responsáveis das escolas, opinião dos alunos, opinião dos responsáveis da Educação.

Neste ponto da carta educativa, o Partido Socialista está contra a maior participação, está contra a totalidade da Comissão Municipal de Educação. Nem a representante do Governo da nação, nem nenhum professor, nem nenhum membro da Comissão Municipal Educação, esteve como esteve o PS.

Por isso nesta revisão da Carta Educativa do Município de Aveiro, a bancada do PSD subscreve a opinião dos professores, dos responsáveis da Educação, dos encarregados de educação, dos alunos e todos os membros da dita Comissão Municipal de Educação, votando e estando com população educativa do concelho de Aveiro e contra a orientação de voto do Partido Socialista. Esse sim, neste assunto da carta educativa, está sozinho contra todos os elementos da sociedade educativa aveirense."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[050](#)

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁵¹ o Ponto 2 – Apreciação e votação da Revisão da Carta Educativa do Município de Aveiro, sendo aprovada por maioria, com vinte um votos a favor (PSD14+CDS6+PS1), duas abstenções (PS1+PAN1), onze votos contra (PS8+ BE2+PCP1).

Seguiu-se as declarações de voto:

Vogal Ana Valente (PCP)⁰⁵²

"A minha intervenção seja a declaração de voto."

Vogal João Moniz (BE)⁰⁵³

"Como a Ana disse, que a minha intervenção seja a declaração de voto."

Vogal Marília Martins (PS)⁰⁵⁴

"O motivo do meu voto contra, tem mesmo a ver com a minha intervenção. E apesar de compreender o que o Senhor Presidente referiu, eu continuo a achar que há um aspecto fundamental que não devia ter escapado. Portanto tenho mesmo que assumir esta posição. Obrigada."

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰⁵⁵

"A minha intervenção é a minha declaração de voto Senhor Presidente."

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nos termos do número 2, do artigo 23.º do Regimento, o Presidente da Mesa informou da presença no plenário de dois munícipes inscritos que desejam intervir neste período regimental, dando-lhes de seguida a palavra.

Munícipe David Iguaz⁰⁵⁶

Assunto: Intervenção sobre PDM - irregularidades.

Presidente da Mesa:

"Senhor Munícipe, para também informá-lo, de que nós seguimos aqui o Regimento da Assembleia e o Regimento foi objeto de revisão no início deste mandato. Todos os Partidos foram ouvidos e deram os seus contributos (aqueles que entenderam). E estas são as regras que estão a vigorar até que haja novo processo de revisão do Regimento. Certamente que não é um produto acabado, digamos assim perfeito, mas não tem sido suscitado e cabe aos senhores deputados e aos vários partidos fazerem a sua alteração. Para nós, continuamos cumprindo as regras que estão estatuídas."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

"Muito obrigado. Ó David a sua prática política de combate anti-câmara é conhecida já por toda a gente. Portanto já não vale a pena. Os seus esforços de independência estão todos mais que clarificados. Agora tem é que tomar decisões na sua vida, quer dizer: a Câmara cumpriu a lei em absoluto e cumprirá. Em relação às respostas da participação pública como é que isto funciona. Tivemos reunião de câmara na semana passada, dia 17, e obviamente que a primazia da entrega do relatório é ao órgão executivo, como não podia deixar de ser. Depois nesse dia o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convocou a meu pedido esta reunião de hoje, cumprindo os prazos legais. E obviamente, a documentação que foi enviada à Câmara, a versão definitiva do Plano e as peças que tratam a participação pública foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal. Também como mandam as regras da lei para que hoje, obviamente, os Senhores membros da Assembleia estivessem capacitados com o acesso à informação."

Manda a lei também a despenalização pública. E, por isso, durante o fim-de-semana foi no sábado ao final da tarde, o relatório foi para o site da Câmara e está ao dispor de toda a gente.

Portanto se o David quer saber a sua resposta à sua participação, vai ao site está lá o relatório. Vê lá os seus nomes porque está repetido várias vezes e está lá tudo.

Hoje com a decisão que aqui tomámos acaba o processo no que respeita ao papel dos órgãos autárquicos.

A partir de amanhã, os serviços vão começar a tratar do envio de uma comunicação cada participante. Ok. Portanto o procedimento na leitura da lei, fazendo tudo como manda a lei, é assim. Reunião de Câmara tudo em 1ª mão como pode deixar de ser. Solicita-se reunião da Assembleia Municipal. Facultar tudo à Assembleia Municipal. E deve dizer que, não sei se já alguma vez viu outros relatórios de PDM, mas os vários que eu já vi, nenhum tem o pormenor que o nosso tem. Nenhum. Pode consultar na net vários, e na passagem da Câmara para a Assembleia o mesmo relatório é disponibilizado publicamente pelo site e terminado o papel dos órgãos autárquicos, que termina hoje. Está a terminar agora, os serviços vão providenciar, irão demorar alguns dias porque obviamente responder a 177 pessoas é pegar no relatório em cada bocadinho e transformá-lo num ofício e fazer a resposta individualizada a cada uma das pessoas.

Portanto nós cumprimos a lei. Mas há um erro da sua parte sistemático e normal em não cumprir a lei, não a perceber. Enfim, a sua adaptação à portugalidade ainda tem alguns problemas graves e especialmente à legalidade, e depois inventa fantasmas de ilegalidade. Porque obviamente tudo isto está no cumprimento estrito da lei. E se ainda não foi, pode ir ao site que está lá o relatório e pode ver qual é a resposta que a Câmara deu às suas e a todas as participações. Se ainda não teve oportunidade ou não sabia, olhe ficou a saber agora. Antes tarde que nunca.

Quanto à outra questão David. Eu levarei sempre este debate com elevação. E a baixaria em que o Senhor tem andado e vai andar cada vez, as coisas que já sabem, outras que também ainda não sei, mas algumas que ainda não se sabem na praça pública que eu já sei, terá sempre da minha parte a maior elegância.

E, portanto, esta coisa de vir aqui pedir para eu ser integro. Olhe, eu meto no mais desprezível dos sítios que esteja à minha mão.

Porque a minha atitude na vida e na gestão pública é de ser uma pessoa íntegra. Lá que o David tenha problemas de vida e vivência democrática em que há pessoas que têm opiniões diferentes, uns concordam e outros discordam, há gente que vai a votos e têm o direito e o dever de decidir e há gente que não vai a votos e não tem esse direito nem tem esse dever. Tem o direito de participar e o dever de ser ouvido, claro que sim.

A lógica da integridade mantê-la-ei em absoluto. Da sua parte já vi as coisas mais inenarráveis. E aquelas queixinhas que anda a fazer a toda a gente, enfim. Sabe que onde vai fazer essas queixas todas depois vêm todas ter à Câmara como é evidente. O Senhor foi no segredo dos deuses fazer uma queixinha ao ICNF em Julho. Eu soube há dias quando recebi a carta e um telefonema do presidente do ICNF.etc.

David agora fique só saber que não recebo lições da sua parte de nada na vida. A democracia é feita assim. A sua não. O Senhor tem uma ideia e quer impô-la a toda a gente. Respeito total pelas 300, 400, 500 pessoas que participaram na manifestação do Rossio.

Mas olhe, só no Bairro da Beira-Mar vivem mais de 3 mil. O município tem 60 mil eleitores e 80 mil habitantes. Portanto veja o quanto não representativos vocês são. Ainda por cima foram buscar reforços a municípios vizinhos e até houve um Partido a fazer mobilização à séria em favor da solidariedade. Muito boa noite."

Município Joaquim Pinto⁰⁵⁸

Assunto: Intervenção sobre sustentabilidade do PDM.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁹

"Senhor Presidente de forma muito sumária. Até porque o município é uma pessoa esclarecida e sabe que tudo o que disse está acolhido no PDM.

E sabe também que, uma parte do que disse não é acolhível no PDM. O trabalho que estamos a iniciar de revisão do Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro, somos o único território do país com Plano Intermunicipal, uma das componentes que vai integrar é exatamente a abordagem às alterações climáticas.

Sabendo que além do mais (esta semana) foi exatamente ontem de manhã, assinámos um protocolo com a Associação Zero, que envolve também a nossa Universidade e uma organização internacional chamada Global Footprint Network, para calcularmos, para percebermos bem o nosso exercício de pegada ecológica, e podermos ter instrumentos para percebermos melhor indo até ao ponto da individualização, como é que os nossos consumos estão a contribuir, e como é que podemos modelar a nossa contribuição, obviamente baixa da nossa pegada.

Portanto são estes os instrumentos que já desenvolvemos e não podemos acertar com todos. São instrumentos ao nível do ordenamento do trânsito que nós estamos a fazer na cidade, ao contrário do que se diz erradamente, das operações como a obra do Rossio, o mecanismo da estratégia de estacionamento tarifado, que visa exatamente retirar e dissuadir a ida dos automóveis para o centro da cidade, obviamente numa lógica democrática. Porque os automobilistas que andam de carro pagam impostos como os outros e não cometeram nenhum pecado — e cada vez são mais aqueles que além do mais conduzem viaturas elétricas. Portanto é bom que os fundamentalismos nesta abordagem sejam cuidados.

Portanto temos a própria avaliação ambiental estratégica que suponho que não deve ter lido. Aliás, daquilo que ouvi, parece-me que nem sequer leu a nota sumária de avaliação estratégica, porque ele de facto é muito pesada.

Mas veja com atenção, agora terá mais tempo, a avaliação ambiental estratégia que a Câmara tem. A avaliação ambiental estratégia é um documento pesado que aborda as componentes múltiplas e, portanto, tudo o que disse está acolhido.

Depois, obviamente, o município Joaquim Ramos Pinto, por uns problemas que a gente conhece, depois acha que não. Mas sim. Joaquim as suas preocupações estão acolhidas.

Estamos todos a trabalhar e atentos. O artigo 8º do regulamento marca pela 1ª vez o município, que põe na sua lei a defesa do seu território urbano mais vulnerável. Portanto está aqui feito pela 1ª vez. Não sei se veio aqui à Assembleia Municipal quando foi a aprovação do PUCA, ou quando a aprovação do PDM, que nestas matéria eram zero.

Eu até compreendo porque há 10 anos quando se aprovou o PUCA eventualmente não andava tão motivado para participar nesta vida de combate político anti-poder como anda agora e decidiu vir agora e não veio quando do PUCA. Mas fique tranquilo, e durma tranquilo hoje, as suas preocupações a este nível estão acolhidas, no que é acolhível no PDM e estamos a trabalhar-las noutras componentes também importantes, da gestão do Município, da Região de Aveiro, da Região Centro, e do País."

Não se verificando mais intervenções, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação⁰⁶⁰ do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Extraordinária. Eram 01:30 horas do dia 27 de Novembro de 2019.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, responsável pela subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(05:00)